

ATA DA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 07-01-2021.

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezessete horas e dezenove minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registrou presença Hamilton Sossmeier. A seguir, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Resolução nº 001/21 (Processo nº 0013/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Resolução nº 001/21 (Processo nº 0013/21), após ser discutido por Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Claudio Janta, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Laura Sito, Comandante Nádia, Jessé Sangalli, Cassiá Carpes, Daiana Santos, Matheus Gomes, Roberto Robaina e Moisés Barboza. Na oportunidade, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque: de autoria de Aldacir Oliboni, para a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Resolução nº 001/21; de autoria de Jonas Reis, para as Emendas nºs 06 e 07 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/21 (Processo nº 0011/21). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Resolução nº 001/21, por dez votos SIM e vinte e cinco votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Resolução nº 001/21, por vinte e cinco votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza,

Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Resolução nº 001/21, por vinte e cinco votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/21 (Processo nº 0011/21), após ser discutido por Pedro Ruas, Roberto Robaina, Leonel Radde, Bruna Rodrigues, Claudio Janta, Laura Sito, Mônica Leal, Alexandre Bobadra, Jonas Reis e Aldacir Oliboni. Na oportunidade, foram apregoadas as Emendas nºs 06 e 07, assinadas por Aldacir Oliboni e Jonas Reis, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/21, foi aprovado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Jonas Reis, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/21, por trinta e um votos SIM e quatro votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Giovane Byl, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Karen Santos, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/21, por trinta e um votos SIM e quatro votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Lourdes Sprenger, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Karen Santos, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/21, por dez votos SIM e vinte e cinco votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis, Comandante Nádia, Jessé Sangalli e Alexandre Bobadra, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna

Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e Não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/21, por dez votos SIM e vinte e cinco votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis, Jessé Sangalli, Idenir Cecchim, Alexandre Bobadra e Laura Sito, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e Não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em continuidade, Psicóloga Tanise Sabino encaminhou o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/21 à votação. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foram votadas conjuntamente e aprovadas as Emendas nºs 02, 04 e 05, a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 02 e a Mensagem Retificativa nº 01 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/21, por vinte e cinco votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/21, por vinte e cinco votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 001/21 (Processo nº 0012/21), o qual, após ser discutido por Pedro Ruas e Aírto Ferronato, teve sua discussão suspensa em face do esgotamento do prazo regimental da presente sessão. Na ocasião, foram apregoadas as Emendas nºs 01 e 02, assinadas por Aldacir Oliboni, ao

Projeto de Lei do Executivo nº 001/21, foi aprovado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas. Também, foram apregoadas as Emendas nºs 03 e 04, assinadas por Bruna Rodrigues e Daiana Santos, ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/21, foi aprovado requerimento de autoria de Bruna Rodrigues, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Bruna Rodrigues, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas. Às vinte e uma horas e dezenove minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos, estão abertos os trabalhos da 004ª Sessão Extraordinária da 1ª SLE. Solicito ao diretor legislativo que faça a chamada nominal para a verificação de quórum para que, de imediato, passemos à Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores presentes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 17h19min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PR nº 001/21.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PR nº 001/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0013/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/21, de autoria da Mesa Diretora, que extingue cargo efetivo, cargos em comissão e funções gratificadas e cria

cargos em comissão no Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara Municipal de Porto Alegre, constante na Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores. **(SEI 106.00011/2020-27)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Mauro Zacher: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01, e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Mesa;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 07-01-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PR nº 001/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós colocamos alguns argumentos tanto na discussão de Pauta, como em Comunicação de Líder, seja da oposição, do PSOL, do PT, do PCdoB. Foram argumentos sérios, relevantes, que passam a ter aqui a maior importância porque agora é o momento da votação, embora é um momento em que eu gostaria muito que nós estivéssemos no plenário, e eu sei que não é possível, claro, por conta da pandemia. Se nós estivéssemos no plenário, as pessoas poderiam acompanhar essa discussão e essa votação, porque aqui, neste momento, estamos tratando de temas da maior relevância, sim, para a cidade. Lá atrás, dizia a Ver.^a Bruna com muita razão: “Mas e a saúde, não tem nada para a saúde?” Tem, sim, tem a abertura de tudo, Ver.^a Bruna, a abertura de tudo é para a saúde, ou seja, prejudica a saúde, e esse é o decreto do prefeito. E alguém diria: “Mas agora vai diminuir o número de cargos na pandemia, a recessão não”. Não, aumentou o número de secretarias por esses projetos que serão aprovados pela base do governo de 26 votos. As pessoas sempre têm esperança, alguém diria: “Bem, mas a Câmara não vai aumentar o número de CCs”. Vai aumentar, criando mais três. O importante é que as pessoas pudessem perceber, e não sei como isso chegará a elas, sei que um deles está cobrindo a sessão, e isso é relevante, isso faz diferença, que nós, na oposição, estamos cumprindo um papel histórico aqui, de nos colocarmos frontalmente contra o que está acontecendo aí.

Esse discurso de economia, lamento, não tem como acreditar, aumento de secretarias, aumento de CCs na Câmara, que economia estamos falando, que economia é essa? Alguém falou em aumentar álcool gel na periferia da cidade? Algum projeto do governo e até da Mesa é para destinar alguma cesta básica para as pessoas com mais

necessidades ou desempregadas? Não, nada disso está sendo discutido aqui! Tem algum debate sobre a regularização agora das pessoas que ocupam áreas porque não têm como pagar aluguel? Não veio nada disso para cá. O que veio é o aumento de cargos, mais secretarias no Município, na Capital, e mais CCs na Câmara Municipal – é disso que se trata. O nosso medo é aquelas pessoas que imaginam que isso termina no dia de hoje. Claro que não. Isso ficará na história, são momentos históricos da Câmara. Uma Câmara que tem outra tradição, não tem essa tradição de ficar respaldando tudo que é governo, tudo que vem do governo e ficar criando cargos e cargos, enfim, isolando representantes legítimos da população, como fizeram conosco da oposição.

Então, é esse o papel, isso fica na história, não tem dúvida, isso fica registrado. A vitória de hoje é a condenação histórica de amanhã – percebam isso. Então, na discussão deste projeto, a gente coloca claramente a nossa disposição de votar contra, discutir, mostrar os motivos, mas fundamentalmente votar contra projetos que não beneficiam em nada a cidade, não beneficiam nem sequer o Executivo, muito menos o Legislativo e, portanto, não tem mérito, não tem motivo para ser aprovado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, saúdo os demais colegas vereadores e vereadoras; público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde, em pleno recesso. A iniciativa trazida pela Mesa Diretora não pode ser, eu diria, incompleta, ela tem que reconhecer os espaços da bancada e principalmente os partidos que ora conseguiram conquistar uma vaga na Câmara de Vereadores. Nós temos 18 partidos que têm bancada na Câmara de Vereadores, e os cargos de assessoria de bancada são 14. A Mesa Diretora manda um projeto de resolução criando mais dois cargos, chegamos a 16. Se nós aprovarmos a emenda que estamos propondo, ela estabelece, Ver. Moisés Barboza, um direito constitucional, regimental que acontece no Congresso, na Assembleia Legislativa, onde todas as bancadas têm direito de ter um assessor de plenário. A Casa vai se adequar a isso, onde os 14 assessores de plenário são atribuições da efetividade do Presidente da Casa. Na gestão anterior, infelizmente, houve uma acomodação, posso dizer acomodação, sim, porque esses cargos foram distribuídos de uma forma desproporcional, alguns partidos tinham três assessores de plenário. Sabem quantos apareciam no plenário? Muito poucos, para não dizer nenhum, para não ser tão descabido, não é? Muito poucos. Nós não podemos mais conviver com isso. Se nós aprovarmos a emenda apresentada por nós, vamos livrar o Presidente desse absurdo de ter que dar efetividade a mais dois, ficando 16 cargos de assessoria de plenário. Não tem mais lógica. Nós temos que combater a impunidade e a falta de reconhecimento da proporcionalidade da bancada que foi eleita pelo povo. Nós falamos em ética e

transparência e nós vamos fugir delas? O discurso tem que ter coerência e, neste momento, é a representatividade de direito, não é justo que um partido que tenha um vereador tenha assessoria de plenário, e outros partidos que tenham dois, três, quatro vereadores, partidos que tinham mais, cinco, seis vereadores, sete, e não tinham representação de plenário. Por isso é o momento oportuno para se fazer justiça àquilo que, na verdade, deveria estar no Regimento, mas que, infelizmente, de um tempo para cá, acabou com isso, na última gestão principalmente, porque antes, independente de quem foi governo, sempre se teve reconhecimento das bancadas pela sua representação de assessoria, que é muito importante no plenário. Forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Primeiramente, gostaria de te dar os parabéns, Bins, pela tua eleição e também dar as boas-vindas, nesta sessão, a todos os vereadores e vereadoras, também a todos e todas que nos assistem nas redes sociais neste momento, nesta sessão extraordinária. Vou fazer uma ilação a esse projeto de lei, a essa reforma administrativa do governo Melo, dizendo que, de fato, como bem falou o Ruas e o companheiro Oliboni, nós temos pautas extremamente urgentes, e essas ações que estão sendo tomadas pela Prefeitura extremamente criticáveis, essa abertura total do comércio, que é importante, a questão econômica é extremamente relevante, não se pode menosprezar essa situação. Agora, simplesmente afrouxar os protocolos, inclusive a questão de máscara nos ônibus, tudo isso passa por políticas públicas que a Prefeitura está desconsiderando, simplesmente, agora inclusive oferecendo *kit* cloroquina nos postos de saúde, algo que já é comprovadamente ineficaz e tem efeitos colaterais. Isso é muito grave no momento em que a gente vive no Brasil, neste momento da negação da ciência, inclusive, de negação da democracia. O que a gente viu nos Estados Unidos, que muitos aqui representam nesta Câmara de Vereadores, infelizmente, dentro do governo Melo, é muito perigoso, é um caminho que a gente pode ir trilhando ao longo dos próximos meses e anos. Então, é importante que a gente tenha um compromisso com a ciência, um compromisso com a verdade, um compromisso com a democracia, um compromisso com a proporcionalidade, aquilo que não está sendo feito, infelizmente, aqui na Câmara de Vereadores. Eu louvo algumas ações, alguns discursos do Melo, nosso prefeito, foi eleito democraticamente, e eu reconheço essa eleição, reconheço toda essa nossa legislatura, agora tem situações que a gente tem que respeitar e considerar a proporcionalidade, considerar o respeito à democracia e o respeito à diversidade. Dito isso, acredito que esse projeto da reforma administrativa, embora tenha pontos relevantes como a secretaria do esporte, a questão do gabinete dos direitos dos animais tem mérito, sim, mas no todo, tem situações aí que não estão acolhendo as nossas demandas. Basicamente é isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores. Se ouviu muito falar em questões que ocorrem no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa, questões que ocorriam na Câmara de Vereadores há um tempo, falando-se em democracia, falando-se em respeitar as minorias. A Câmara é composta por 18 partidos, e eu me incluí nessa minoria, partidos que tem uma representação só e que se uniram porque, se não, nós ficaríamos na mão de quatro partidos que têm três ou quatro vereadores nesta Casa. Isso é democracia, 18 partidos sendo representados no conjunto da Câmara de Vereadores. Agora, não tem como acomodar 18 partidos na Mesa Diretora, não tem como acomodar 18 partidos na presidência de Comissão, tanto que as eleições na Câmara de Vereadores são feitas ano a ano. Então, a democracia é principalmente quando se respeita as minorias. Eu me incluí nas minorias, eu acredito que mais outros membros desta Casa, nós temos acho que mais seis ou sete partidos com uma representação só, nós nos incluímos na minoria e nós unidos somos a maioria. Foi o que aconteceu, se uniram os pequenos, espartanamente, e viraram a maioria. Então, podem falar o que falar. A Câmara está muito bem representada, sendo que essa união da minoria trouxe uma grande parte da maioria onde o que se diz maioria não querem participar e pregam um discurso muito antigo que uma mentira falada mil vezes, cem mil vezes se torna verdade. Não existe um processo que possa se fazer com 18 bancadas e seis... (Problema na conexão.). Não existe um processo que possa se fazer assim, a não ser a política, as pessoas se reunirem, conversarem, se acertarem, e isso foi feito na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Então, não tem mistério nenhum. Por quanto tempo as maiores bancadas se reuniam e decidiam quem seria o presidente, quem seria? Quando cheguei aqui, foi assim, se reuniam as maiores bancadas e acabou, decidiam quem seria o presidente, quem seria a Mesa, quem seriam os presidentes de Comissões, e acabou. As minorias ficavam com o que sobrava. As minorias se uniram e resolveram ser protagonistas, e algumas maiorias vieram juntas, que é o caso do PSDB, é o caso do MDB, bancada com quatro e três vereadores que entenderam o significado dessas minorias que unidas se transformaram em maiorias. Isso que aconteceu. Agora, no Congresso Nacional, a gente vê sempre os mesmos, é MDB, é PT, é PP, são sempre os mesmos, nunca se vê uma minoria, nunca se vê uma minoria assumir a direção do Congresso Nacional. A mesma coisa ocorre na Assembleia Legislativa, o presidente foi do PP, o próximo será do MDB, o próximo será do PT, e as minorias onde estão? Que, na verdade, unidas, e nós estamos provando isso pela segunda vez na Câmara de Vereadores, na verdade, unidas se transformam em maioria.

Então, quero dizer que aqui não tem caça às bruxas, não tem nada, o que tem é que nós acabamos com cargos que não têm necessidade na Câmara de Vereadores e estamos transformando esses cargos em assessores de bancada, todas as bancadas, na Câmara de Vereadores, as 18 bancadas da Câmara de Vereadores terão a sua assessoria parlamentar, desde a minoria até a maioria. Agora é muito mais fácil dividir um cargo

de assessor por um, por dois, do que dividir por quatro. Aí, realmente as pessoas ficam brigando, ficam berrando, porque um... (Problema na conexão.) ...não vai participar, eu não fazia parte de Mesa, não fazia parte de comissão nenhuma, era só membro de Comissão, nunca fui presidente, não fui nada e participei de tudo.

Então, ficar falando uma mentira para tentar lá na rua se transformar em verdade, é muito fácil. Agora, volto a afirmar: a grande maioria da Câmara de Vereadores, que é a minoria, se uniu e compôs essa Mesa Diretora, compôs as Comissões e, no ano que vem, teremos nova eleição para a Mesa Diretora, nova eleição para as Comissões, é assim que a banda toca quando a minoria se reúne e derrota a maioria, espartanamente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Márcio Bins Ely, que presidente muito bem esta primeira sessão de forma virtual, mas com muita tranquilidade; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; acho que estamos numa discussão que já vem lá da eleição, e me permitam dizer que essa discussão de hoje é diferente. A eleição da Mesa já passou, o Ver. Janta disse muito bem, nós estamos excluindo dois cargos, ou três, não sei quantos, para atender mais dois, para que todas as bancadas tenham representatividade. Então, não tem como atender, por exemplo, não tem como votar as emendas do Ver. Oliboni porque ele vota no jabuti junto com a emenda, aí vem outra, vota em mais um jabuti. Mesmo porque, se aprovadas as emendas, esses vereadores vão votar contra o projeto.

Então, quero pedir aos queridos colegas vereadores, respeitando os votos contrários da oposição, mas que nós, os mesmos 26 que votaram na eleição da Mesa, vamos votar, juntos, rejeitando as emendas todas, todas as emendas do Ver. Oliboni, me parece que tem uma do Ver. Jonas, respeitando a opinião deles, mas nós vamos votar contra essas emendas porque, mesmo que elas fossem vencedoras, esses vereadores e essas bancadas votariam contra o projeto. Então, vamos nos deter, rejeitar essas emendas dos vereadores da oposição, porque eles não respeitam o projeto, e vamos juntar as forças para aprovar logo esses projetos que são importantes, e não podemos ficar aqui até a meia-noite discutindo certas coisas que não levam a nada, até porque não são verdadeiras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde, povo de Porto Alegre, e através do povo de Porto Alegre, saúdo os vereadores desta Casa, desta legislatura que começou há pouco tempo, mas começou mal. A votação do dia 1º excluiu três partidos históricos e importantes da cidade de Porto Alegre de comporem a Mesa Diretora, que é uma importante instituição dentro da Casa, um importante espaço, por onde passam as decisões administrativas e também decisões políticas, sim, a Mesa Diretora toma decisões políticas. Excluíram três partidos que têm 10 vereadores nesta Casa. São 27% dos votos de Porto Alegre que erroneamente, no dia 1º, 26 vereadores se colocaram contra, se colocando contra a democracia e isso não é bom; isso não é bom. O povo quis que o PT, o PSOL e o PCdoB estivessem representados nesta Casa, mas numa interpretação equivocada da maioria desses vereadores que votaram pela exclusão do PT, do PCdoB e do PSOL. Por que excluíram os partidos de esquerda? Essa é a pergunta que o povo de Porto Alegre faz nas redes sociais, nas conversas, nos diálogos. E agora um projeto para criar cargos dentro da Casa do Povo sem explicar o que vai ser feito com esses cargos, é a decisão de alguns vereadores que querem imperar frente à decisão do povo que foi feita nas urnas. Nós precisamos respeitar a democracia, a participação direta do povo, por isso nós precisamos respeitar a proporcionalidade na Mesa Diretora e na composição das comissões. Colocaram esses 10 vereadores em comissões que eles não escolheram e que seus partidos, segundo o art. 32 do Regimento desta Casa, pasmem cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, interpretaram erroneamente o artigo, inclusive vereadores antigos aqui da Câmara de Vereadores não sabiam ou desconhecaram a real leitura do art. 32, que fala da proporcionalidade na composição das comissões, para ficarem com as presidências e indicarem cargos na Casa sem respeitar a democracia direta. Eu lamento, nós lamentamos muito isso. Mas nós queremos, sim, líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, ajudar o governo a fazer outra reforma administrativa, por isso, nós propusemos emendas, para que o povo de Porto Alegre não sofra, por exemplo, com a concentração das licitações apenas na Secretaria de Administração e Patrimônio que vocês querem criar. Já foi um erro do governo Marchezan não deixar o DMAE fazer licitação própria, não deixar o DMLU, por isso que faltavam insumos e ainda faltam hoje. Se falta água em Porto Alegre, um dos fatores foi a concentração do processo licitatório em Porto Alegre. O que é uma vergonha! Vocês têm agora o espaço para consertar esse erro horroroso do governo Marchezan, que deixou a maioria da população da Zona Leste do Extremo-Sul sem água durante muito tempo porque o DMAE foi amarrado; amordaçaram a autonomia do DMAE, do Previmpa, do DMLU, da FASC – isso não pode acontecer! Por isso, nós queremos sensibilidade à leitura, pelos vereadores desta Casa, das emendas que estamos propondo, inclusive para valorizar os que produzem na cidade dentro da economia solidária, fomentar o cuidado ao meio ambiente, fomentar o respeito à cidadania e ao patrimônio histórico e cultural. Não se pode tirar da Secretaria de Cultura o dever de zelar pelo patrimônio material e imaterial desta cidade.

Nós estamos propondo uma leitura, de fato, por meio da diversidade. Por isso, nós queremos não supersecretarias, que englobem várias pautas. Nós queremos saber: de fato essas secretarias vão funcionar? Vão ter recursos? Eu sei que muitos

partidos desta Casa lá no governo Temer votaram a PEC nº 95 que engessou o orçamento!

Não é criando cargos de secretários e secretários-adjuntos que nós vamos resolver os problemas da cidade. Nós queremos diálogo, queremos unidade pelo povo que escolheu nas urnas a diversidade desta Câmara de 36 vereadores. Queremos o espaço de respeito a todos os vereadores e legendas, e queremos que o governo seja aberto ao diálogo e que converse também com a oposição porque, sim, a oposição representa o povo de Porto Alegre, e é a que foi eleita, e queremos, sim, qualificar os projetos de lei que foram apresentados nesta Casa, inclusive pelo Executivo. Porque, antes de tudo, nós defendemos o povo de Porto Alegre, o cidadão, a cidadã, o trabalhador, a trabalhadora e é para isso que estamos aqui. Esse é o nosso dever, e espero sensibilidade dos colegas desta legislatura para apreciação das emendas que propusemos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, quem nos assiste, meus companheiros de oposição, meus companheiros da primeira bancada negra desta Casa. Acho que a fala do Ver. Idenir Cecchim deixa nítido o que é o debate que nós estamos fazendo aqui. O nosso debate não é sobre as novas bancadas poderem ter ou não a sua assessoria respeitada, mas sobre a proporcionalidade desta Casa que é negada àqueles quase um terço da composição. Quando o Ver. Idenir Cecchim reafirma que a eleição da Mesa já passou e que, portanto, haverá uma patrula – deixa nítido – porque nenhuma emenda aqui apresentada será aprovada, pois haverá uma formação de bloco de 26 contra 10, em todas as votações. Ele reafirma aqui o compromisso desse campo que é o da situação, suspendendo a vocação de debate, de síntese e de tramite democrático desta Casa. Ele diz aqui que nós teremos a suspensão do debate, teremos sustada a democracia da Casa como *modus operandi* contínuo – é sobre isso que nós denunciemos. Quando nós olhamos que a oposição não está representada na Mesa Diretora, que houve uma das mais indignas patrolas da democracia ao resultado das urnas do dia 15 de novembro na composição das comissões que nós temos. Quando nós vemos que temos, pela primeira vez, uma bancada negra nesta cidade e que nenhum dos seus representantes esteve representado em algum dos cargos da Mesa Diretora. Quando a gente ouve a justificativa, como o Ver. Janta deu, sobre minorias e majorias, é um debate falso, porque aqui não estamos falando de majorias e minorias, simplesmente, das agremiações partidárias, mas minorias e majorias sobre teses, sobre a compreensão da gestão pública e do papel do Parlamento frente ao Município. Aqui, sobretudo, nós não temos muitas divisões, nós temos duas: temos aqueles e aquelas que acreditam que nós devemos criar novos cargos para contemplar acordos e não respeitar o resultado das urnas, a certa proporcionalidade de

ideias presente nesta Casa; e aqueles e aquelas que querem ter o seu espaço e a sua representação conferida pelo povo garantida proporcionalmente nesta Casa – é sobre isso que nós estamos falando.

A emenda apresentada pelo Ver. Oliboni provoca, mais uma vez, esse debate. Como um dos nossos vereadores de oposição falou na primeira rodada de debate, nós não estamos aqui debatendo criação de mais ou menos cargos, não é isso. Nós estamos debatendo aqui é que aquilo que existe possa ser respeitado e não tomado simplesmente para acomodação de acordos que têm como alicerce suspensão da democracia e a interdição do debate nesta Casa, o que culmina frente à democracia. É muito triste que nós iniciemos uma legislatura frente a um momento tão delicado do nosso País e, mais uma vez, pavimentando uma lógica corrosiva da política e da democracia como é o que a gente vê desde o dia 1º. Quero dizer que o dia 1º não cessou, nós lutaremos pelo nosso espaço, pela proporcionalidade e pelo respeito à proporção que nós representamos por meio do debate democrático que se estabeleceu nas urnas em novembro do ano passado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente. Gostaria aqui de lembrar aos vereadores novos que cinco minutos são cinco minutos, quando o Presidente diz para encerrar, vamos encerrando porque não é para ficar dando aula, a gente fala o que quer falar e encerra o papo.

A proporcionalidade da Mesa Diretora foi muito bem observada já que temos seis partidos diferentes na Mesa, e é importante a gente dizer que as oposições do PT, do PSOL, do PCdoB queriam que essa Mesa fosse composta por três únicos partidos, uma vez que apresentaram para os seis cargos da Mesa sempre os mesmos vereadores dos mesmos partidos. Então, proporcionalidade e democracia se faz com a maioria e tivemos a maioria, 26 vereadores que votaram nessa Mesa maravilhosa que está aí trabalhando por todos, inclusive, criando esses cargos que vão contemplar todos os 18 partidos.

Então, Presidente, quero dizer que o senhor, dirigindo a Mesa e a todos nós, está sendo muito perspicaz, muito cuidadoso para que os 18 partidos que, pela primeira vez, esta Casa democrática está abraçando, está dando a possibilidade de que todos tenham um assessor de plenário. Mais ainda, nós vemos que a oposição, mesmo sendo para beneficiar a todos os 18 partidos, sempre tem que encontrar um pontinho que não agrade.

Além disso, falando tanto da bancada negra e que eu muito me orgulho que tenham negros e brancos, homens e mulheres nesta Casa democrática, eu não vi a liderança do PT e do PSOL oportunizando que as mulheres negras fossem líderes, ao

contrário, foram como líderes do PT e do PSOL homens brancos, não entendo, mas também não quero entender.

Quero dizer para os senhores, vereadores, que estamos alongando. A gente conhece esse papo da oposição e da esquerda que, quando não têm voto, querem falar, falar e falar, e não querem votar. Então, solicito aqui aos vereadores que estão a mais tempo, os mais jovens que querem realmente uma Porto Alegre muito mais proativa que nós possamos fazer as votações necessárias, não falando de pautas que não estão no contexto e que a gente se prenda, sim, à ordem dos projetos que estão sendo analisados e votados, que a gente não fique falando de coisas que não existem neste momento porque vai ter tempo suficiente, durante esses quatro anos, para fazermos um debate na tribuna, presencialmente, se Deus quiser. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Só para fazer aqui uma colocação com relação ao que foi mencionado pelo Ver. Jonas, um doutor que certamente entende muito bem de leis, falou que não foi respeitada a proporcionalidade na escolha da Mesa, sendo que foi o PSOL, se não me engano, por meio do Ver. Pedro Ruas ou Ver. Roberto Robaina, que preferiu fazer a votação da escolha da Mesa cargo a cargo. Ora, era óbvio que, se fosse uma chapa única, deveria ter sido respeitada a proporcionalidade, mas os senhores abriram mão desse artigo, desse inciso do Regimento e preferiram votar cargo a cargo. E, na votação cargo a cargo, aconteceu que ganhou essa chapa que hoje compõe a direção da Casa.

Então, além disso, o senhor menciona que não foi respeitada a designação das comissões para os membros de oposição. Eu queria lembrar que foi o bloco oposicionista que se retirou em bloco da sessão durante a designação dos membros das comissões, e claramente essa foi uma tentativa de impedir a conclusão dos trabalhos, tentando inviabilizar o trabalho da Mesa eleita. Eu sei que o senhor sabe que nós estamos vivendo na era da pós-verdade, na qual o que importa é a narrativa e não os fatos, mas eu estou aqui para alertar as pessoas que estão vindo e que estão acompanhando a sessão de casa e que não puderam acompanhar naquela ocasião que realmente foi assim que se deram os fatos e que não existe uma trama para que as pessoas que compõem o bloco de oposição não integrem qualquer outro tipo de espaço aqui na Câmara.

Vocês falam em democracia, dizem defender a democracia, e eu quero lembrar que foi respeitada a democracia a partir da maioria dos vereadores presentes naquela sessão de instalação da legislatura. Pelo fato de alguns vereadores, se não todos, que são membros da oposição terem se retirado da sessão acabaram perdendo a oportunidade de fazer a composição pela indicação das suas lideranças. Apesar disso, eu sei que o presidente indicou os membros na proporcionalidade para comporem as

comissões. Pode ter acontecido, sim, que alguns vereadores não terem composto aquelas que prefeririam, mas não foi por falta de vontade da Mesa Diretora, mas sim porque os vereadores que tinham o direito de indicarem os seus membros se retiraram durante as indicações. Então, só para recompor a verdade aqui porque sei que é importante, pois sei que tem muitas pessoas acompanhando de casa, e é importante que fique claro que os vereadores que hoje estão reclamando que não tiveram a proporcionalidade respeitada se retiraram durante a sessão que estava discutindo a composição das comissões, logo após terem perdido a votação da Mesa porque preferiram fazer a votação cargo a cargo e não pela proporcionalidade. Só para relembrar isso que aconteceu na sessão de instalação da legislatura.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar os vereadores e vereadoras novamente. Nós vamos ter que aguentar quatro anos esse choro, é lamentável.

Eu queria lembrar a Ver.^a Bruna que leia os Anais da Câmara e veja que passou por aqui uma negra maravilhosa que tem o seu nome no “T” – depois eu vou explicar o que é o “T” da Câmara –, com o nome da Nega Diaba. Olha, uma mulher sofrida que nunca se queixou de racismo na Câmara. Lutadora, veio lá de baixo, portanto, vamos ler os Anais da Câmara porque lá tem uma negra maravilhosa que nós a respeitamos. Nunca a vi chorar, trabalhadora, humilde e que infelizmente nos deixou muito cedo, mas está lá marcada a sua trajetória que, por meio de um projeto, eu coloquei o seu nome no “T” da Câmara, onde há lá a foto dela.

O Jonas está como um lorde, de gravatinha e tal, lá na rua é um pavão. Vamos colocar ordem na Casa, vocês vão passar quatro anos reclamando, mentindo para a população de Porto Alegre, que é o que mais vocês fazem. Então, na realidade, vão impressionar aqueles que gostam de vocês. Vocês fizeram, como disseram, 27%, para completar 100, faltam quanto? Não entendem de matemática? Na realidade, esse choro o ano inteiro nós não vamos aguentar – nós temos que dizer isso. Mas olhem os Anais da Câmara, teve gente boa que passou por aqui como a Nega Diaba, que foi maravilhosa. Parece que a Laura é a primeira negra que está chegando na Câmara, vamos com calma, aqui não tem branco nem preto, somos todos iguais. Começam a discriminar, a separar o joio do trigo, não existem joio e trigo, nós somos todos iguais. Nós temos o mesmo votinho ali, não adianta sair e depois voltar, vai ter que votar, vai ter que dizer não. Retirar o quórum na política é abstenção, é sumir do plenário, é fugir do plenário. Então, vamos assumir uma posição.

Meu amigo Oliboni, tu sabes que pode, sim, criar cargo desde que não ultrapasse o limite de responsabilidade, conforme a lei. Não basta toda hora essa mesma lengalenga, vocês não são maioria, vocês têm que se adaptarem. Eu estou esperando

vocês na nossa comissão, agora, se não quiserem ir, vocês não querem trabalhar. A realidade é essa, vamos votar. Cada um tem um voto, ninguém tem dois votos, não adianta ser mais votada; o voto é o mesmo, é um para cada um, essa é a grande proporcionalidade da Casa. Portanto, vamos ter que aguentar quatro anos? Vamos trabalhar gente, eu estou esperando vocês na CUTHAB em fevereiro, vamos trabalhar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Vou antecipar, como a Laura passou dos cinco minutos, eu vou utilizar somente três porque eu faço questão de preservar o tempo que a gente tem que utilizar aqui.

Saúdo os colegas, saúdo o Presidente da Casa, saúdo a minha colega Bruna, colega de partido, colega de bancada, uma mulher preta e que, sim, faz diferença pessoal, faz liderança. A gente vive numa sociedade permeada pelo racismo, mas dizem que é estrutural. A gente não pode considerar que são igualitárias as formas de acesso aos lugares; a gente não pode considerar que são iguais as oportunidades para negros e brancos. Eu falo isso enquanto mulher preta e eu me coloco nessa condição porque foi essa a população que me colocou aqui. Saúdo inclusive aqui a população LGBT, negros e negras, população em situação de rua, as populações de periferia, as mulheres, as pessoas com deficiência que vivem com deficiência e todos aqueles que estão marginalizados, e não quero me prolongar. Além dessa saudação, venho aqui reforçar o meu compromisso com essa representatividade, com a diversidade, com a pluralidade, com a intersexualidade, num diálogo com o respeito e responsabilidade com a população.

Estou aqui totalmente aberta ao diálogo porque eu considero que nós devemos colocar em pauta aquilo que é importante para a população, e se é a Casa do Povo que a gente está pautando aqui, então, que seja esse povo representado e respeitado independentemente da forma como a particularidade de alguns fazem a leitura do mundo, que eu também considero importante. É difícil olhar que existe racismo, por exemplo, ou que o machismo mate, todos os dias, centenas e milhares de mulheres aqui na nossa cidade e no Brasil inteiro, quando a gente não está dentro dessa condição. Quando, por exemplo, vamos citar o próprio Ver. Cassiá que falou que os negros e brancos são iguais, não dá para a gente perceber, fazer a leitura do mundo, eu e o senhor no mesmo lugar. Então, nós precisamos ter essa sensibilidade, essa responsabilidade, esse comprometimento com as pautas que são importantes.

Não menos importante, já trago aqui, o cuidado com a questão sanitária desta cidade. Não dá para a gente pensar que cloroquina resolve o problema, uma vez que, até o presente momento, não temos absolutamente nada pensado e pautado para o cuidado com a população. Levando em consideração o IMESF desmantelado, levando em consideração todos os profissionais que foram, nesse último período, demitidos, e

também, principalmente, falo isso porque na porta da minha casa tem um posto de saúde que está fechado, pensado no cuidado com a população. É isso.

Não quero me prolongar, mas quero aqui reforçar o meu compromisso enquanto mulher preta que também veio da periferia, que veio aqui representando os votos da comunidade e que quer, sim, fazer a mudança por meio do diálogo e está aberta a fazer isso porque considera que somente através do processo de democracia e esse processo de democracia passa diretamente pelo diálogo, a gente vai ter a transformação. Não quero ficar aqui debatendo lugares que até então a gente já sabe de quem de são. Eu acho que a gente tem que ter responsabilidade numa pauta que não fala da nossa estrutura egocêntrica e egoísta, que fale da população. Obrigada pelo espaço; um abraço.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Presidente; vereadoras e vereadores; pessoas que estão nos assistindo pela TVCâmara. Gostaria de fazer alguns comentários acerca do debate dos projetos. Como o Ver. Pedro Ruas já abriu, a nossa posição é contrária aos projetos que estão sendo apresentados. É importante que a gente reflita sobre essa argumentação que tem aparecido acerca da proporcionalidade e do debate que aconteceu na sessão do dia 1º, porque a definição de proporcionalidade de muitos vereadores aqui é completamente casuística. Juntam-se partidos que compõem a mesma base, que tem assinado embaixo de um projeto político de situação do governo, ou seja, que concordam. Estavam todos sentados à mesa junto com o prefeito Sebastião Melo há alguns dias, tendo informações privilegiadas, como já foi exposto aqui, sobre as proporções que a Casa está debatendo neste momento, e, a partir daí se constrói essa dita proporcionalidade. Ou seja, uma proporcionalidade de um lado só. Isso não tem nada de democrático, muito pelo contrário, é um método que não cabe dentro de uma Casa de representação, que é a Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Só há um turno na eleição para vereador, nas eleições do Legislativo, para garantir que a representação de diferentes opiniões e tendências da sociedade sejam expressas nesta Casa, e não é o que está acontecendo na Câmara de vereadores neste momento. Então, não venham com definições que não levam em consideração a pluralidade de ideias que hoje se expressam na Câmara de Vereadores; essa é a primeira questão.

A segunda, é que essa discussão sobre o inchaço da máquina pública, a criação de cargos e de secretarias tem um caráter muito ideológico. Tem alguns partidos que gostam muito de bater nessa tecla, mas a gente precisa dizer para a população que nos assiste que, na verdade, eu concordo com o Ver. Moisés Barboza, quando ele diz que há uma linha de continuidade entre as reformas administrativas do Marchezan e do Sebastião Melo. Eu acho que há, sim, uma manutenção de valores, Moisés, porque o

Marchezan fez uma campanha, em 2016 – eu me lembro bem –, prometendo a extinção de CC's, e, ao longo do governo dele, o que a gente viu foi exatamente o contrário, aumentaram. E o Melo, no dia 30 de novembro de 2020, disse ao jornal Zero Hora que não iria inchar a máquina pública, nem que vaca tossisse, e agora nós estamos vendo, da parte dele e da base governista na Câmara de Vereadores, fazer o contrário, certo? É isso o que está acontecendo. Nenhuma secretaria é criada por um homem só, e aqui eu tenho que dizer um homem só porque é uma ínfima minoria a presença de mulheres em secretariados do Melo, assim como a presença negra que também foi uma vontade expressa da população de Porto Alegre no Legislativo, mas, no Executivo, até agora a gente não viu nada. Não se faz uma secretaria dessa forma. Como serão mantidos os custos operacionais, a estrutura administrativa? É óbvio que vão ser criados, no decorrer dos próximos anos, quem sabe até agora, em 2021 ainda, outros cargos na esteira desses. Essa é a tendência que se apresenta, e a população precisa estar atenta com relação a isso, até porque já houve vários jogos de acomodação de interesses nas últimas semanas na discussão desse secretariado, reproduzindo uma lógica que é perversa do ponto de vista dos gastos públicos, especialmente nesse momento em que, sim, a prioridade de todos os governantes do Legislativo deve ser o combate à pandemia. Não há, até este momento, a construção de um plano, como já foi mencionado aqui, bem pelo contrário, a população de Porto Alegre voltou a 2020 nas últimas declarações que a gente ouviu acerca da pandemia, porque *kit* Covid, cloroquina são questões em que não somente não há comprovação científica, como já foram negadas pelas instituições de saúde mais importantes em nível nacional e internacional. Nós protocolamos, por meio do meu mandato, um pedido de informação para que sejam esclarecidos os gastos com relação a isso, qual a comprovação científica, o que o prefeito Melo está querendo com essa implementação do *kit* Covid aqui em Porto Alegre, e infelizmente a Câmara de Vereadores não se rebela diante disso. Bem pelo contrário, está aqui pautando uma reforma administrativa, está aqui discutindo uma ampliação de cargos que não vai ao encontro dos interesses da população de Porto Alegre neste momento. E eu digo isso porque estamos diante de uma situação de crise que se agrava, do ponto de vista das condições sanitárias, do acesso à saúde, como a Daiana acabou de mencionar, do ponto de vista da geração de empregos, e eram esses os temas que nós deveríamos estar debatendo aqui na Casa. Infelizmente, hoje estamos fazendo uma discussão que não serve à resolução dos problemas da cidade de Porto Alegre e é por isso que o voto do PSOL vai ser contrário a essas medidas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu estava escutando aqui e me chama a atenção que alguns vereadores e vereadoras que inclusive estiveram na legislatura passada ficam se ocupando de atacar a

oposição. Aliás eu me lembro bem que isso era o que eles faziam quando eles todos entendiam o... (Problemas na conexão.) ...esses mesmos vereadores que defendiam o ex-prefeito Marchezan. Esses mesmos vereadores que defendiam o prefeito Marchezan e arrogantemente atacavam a oposição, a Comandante Nádia, evidentemente, com todo o respeito, é uma expressão desse tipo de mandato, que estavam com o Marchezan e depois eles tentaram derrubar o Marchezan. Então, hoje estão... (Problemas na conexão.) ...Eu acho que teriam que ter mais respeito. A Ver.^a Comandante Nádia, por sinal, eu fico impressionado, eu acho que a vereadora é muito ingrata politicamente ao PT. Eu não sou do PT, eu saí do PT em 2003, quando a Ver.^a Comandante Nádia foi promovida pelo governo do PT, depois a Comandante Nádia saiu, foi para a direita e tenta fazer de conta que não teve essa relação com o governo do PT. Eu me lembro, sei que tem gente assim; o Mussolini também foi do partido socialista, não foi do PT, e evidentemente que o Mussolini, que depois foi um líder fascista, foi um líder... (Problemas na conexão.) A Comandante Nádia é uma vereadora que busca surfar numa onda de extrema direita que existe no Brasil, mas essa onda já não está tão forte, Comandante Nádia. Veja bem, que a grande referência do seu Presidente no mundo foi o que ele fez ontem, aquele papelão. A república das bananas dos Estados Unidos do Trump promovendo a invasão ao congresso. Professor Jonas, eu vi muitos vereadores da direita, esses representantes da burguesia lhe atacando porque o senhor, hoje vereador, como líder dos municípios à época, liderou uma ocupação do plenário da Câmara. E eles não falam nada sobre o que aconteceu nos Estados Unidos, Ver. Jonas. Aquilo ali foi aquele absurdo, mas aconteceu ontem, e o chefe deles, o líder político deles sequer condenou aquela barbaridade que ocorreu ontem nos Estados Unidos. Então, eu acho que tem que haver mais respeito, não é possível tratar o debate político dessa forma.

Nós não vamos ficar chorando, Ver. Cassiá, e eu concordo com a Daiana, que vale a pena insistir com o Cassiá, porque o Cassiá é uma pessoa de argumentos e não é um extremista de direita. Ele tem posições de direita, mas ele é respeitador, de vez em quando ele dá uma resvalada. A gente não fica chorando, Cassiá. Nós estamos trabalhando, trabalhando muito. Não é à toa que a Karen foi a vereadora mais votada, não é à toa que o PSOL foi o partido mais votado na Câmara; é porque nós estamos trabalhando muito. Não nos vendemos por cargos, não fazemos o jogo dos interesses dos grandes empresários, não fazemos o jogo da ATP, não fazemos o jogo da especulação imobiliária. Nós estamos crescendo porque a população começa a ter cada vez mais consciência de quem é quem na política. As pessoas estão compreendendo, as pessoas estão tirando conclusões e estão tirando lições. Então, nós vamos reclamar violentamente, sim, contra qualquer tipo de tentativa de manobrar, de golpear, de violar os interesses do povo num espaço democrático. A Câmara é um espaço democrático que, com a manobra que alguns chefiam, talvez alguns vereadores não tenham nem entendido, mas alguns vereadores chefiam e a chefia dessa manobra foi feita pelo prefeito Melo, o prefeito Melo avalizou a manobra que foi feita, simplesmente tiraram os espaços de poder... (Problemas na conexão.) ...vereadores. Tudo bem, já fizeram isso no governo Marchezan e nós crescemos igual, não é uma novidade. Essa base liderada

por alguns políticos de direita, essas tentativas de excluir a esquerda, os representantes da classe trabalhadora e das lutas da classe trabalhadora já foram feitas no governo Marchezan. Vocês fizeram isso no governo Marchezan. Não os vereadores novos, mas os que estão já desde a legislatura passada. Fizeram isso, depois romperam com o governo Marchezan e fizeram oposição a ponto de quase derrubá-lo. E logo mais o Ver. Moisés Barboza vai falar pelo PSDB, o prefeito Marchezan que acusou de corrupta essa base que agora está sustentando o Melo, eu não sei, o PSDB tem que estar alerta, e espero que o PSDB não fique agora sustentando o governo Melo e que realmente a gente possa ter uma Câmara independente, ou, pelo menos, que não fiquemos apenas nós - do PSOL, do PT e do PCdoB - resistindo para que a Câmara não seja um vale-tudo. Porque tem Regimento e o Regimento tem que ser respeitado. Infelizmente não foi. E nós vamos, sim, reclamar e defender o Regimento e defender a democracia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PR nº 001/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Não utilizarei os cinco minutos. Apenas em respeito a tudo que foi feito por equipes dos profissionais dos quadros, funcionários de carreira do governo anterior, do governo Marchezan, em nome de todo o esforço que eu vi dos secretários eu quero pedir ao Ver. Matheus, respeitosamente, que ele envie por meio digital, de onde ele tirou essa fonte de dados que refere que entre a posse do ex-prefeito Marchezan e o término da sua gestão ele aumentou, ele inchou, ele criou um monte de cargos. Eu gostaria de solicitar, que fique registrado aqui, que isso não é verdade, que fique registrado nos anais da Casa, publicamente, que isso não é verdade. Isso seria desrespeitar não só o prefeito, mas todos os técnicos que trabalharam diariamente justamente para que isso não ocorresse, tendo em vista um quadro que era um quadro diferente do atual. Eu quero os dados científicos, porque falar é só falar. Quero os dados para eu poder rebater, saber de onde vieram, de onde vem essa fonte matemática dele.

Por último, quero apenas dizer ao Ver. Robaina que eu agradeço a sua preocupação com a bancada do PSDB, mas do PSDB quem cuida é o PSDB. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Moisés Barboza.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PR nº 001/21.

Apregoo também requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 06 e nº 07 ao PLCE nº 001/21. É isso que temos, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os requerimentos.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PR nº 001/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Poderia ler a emenda para nós, Sr. Diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 02 ao PR nº 001/21.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, nobre diretor Luiz Afonso. Saúdo aqui o nosso Presidente Márcio Bins Ely, os colegas vereadores e vereadoras, o público que está acompanhando a nossa sessão. Como disse anteriormente, que passo a registrar novamente, a ideia de cumprimento não só da proporcionalidade, mas terem, todos os partidos, a sua representação no plenário, isso faz parte de um reconhecimento que vem das urnas. Nós percebemos, por exemplo, que a oposição, que teve, na sua representação, e tem na Câmara, 27,7%, pelo que se sabe do acordo ora estabelecido com as bancadas que elegeram a nova Mesa Diretora e parte das comissões, não cumprindo com o Regimento, obviamente que não vão cumprir também com essa questão dos direitos dos partidos indicarem as suas assessorias de plenário. Por isso achamos uma injustiça estabelecer essa forma sem critérios. Esta emenda coloca de volta, por exemplo, que esses cargos sejam indicados pelas lideranças de bancadas, tirando do Presidente a atribuição de dar efetividade aos - hoje, até então, não criados outros cargos - 14 cargos de plenário. E nós não queremos que nisso seja instituída de novo uma injustiça e não estabelecida a proporcionalidade como deveria ter ocorrido nas outras votações, escolhendo a Mesa Diretora e comissões. Eu espero que o Presidente, que na gestão anterior tinha também essa concepção de que os partidos deveriam ter essa assessoria parlamentar, possa, enfim, construir uma forma de fazer com que os partidos, independente de terem eleito um vereador, três ou quatro - que são as maiores bancadas -, possam ter esse assessor que possa transitar dentro do plenário. Caso isso não seja possível, não é justo que algumas bancadas tenham o direito de ter até dois, até três assessores de plenário, muitos, às vezes, nem comparecem ao plenário. Nós sabemos que ao longo dos quatro anos são muitos cargos, e esses cargos representam, eu diria, um volume significativo de recursos que a Câmara acaba absorvendo. Nesse sentido, as bancadas, não tendo esse direito de indicação, por que

manteriam os cargos? Então, vamos excluir os cargos. Por que as nove bancadas não podem ter cargos de bancada e outras podem? O mais justo então é extinguirmos os cargos de assessoria de plenário. Por essa razão a emenda tem uma lógica óbvia: se nós temos 18 partidos que estão representados no plenário e foram eleitos pelo povo, obviamente que os 18 partidos devem ter a sua representação. Caso contrário, nenhum tem essa representação. Ou os senhores acham que os três maiores partidos – PT, PSOL e PSDB – não terão representação e os demais partidos podem ter? Eu acho que aí é querer acomodar alguns amigos que na verdade estiveram junto no bloco que elegeu a maioria ou construíram a Mesa Diretora nos cargos que ora a Câmara compõe. Por essa razão, acho justo, Sr. Presidente, que seja revista essa posição infelizmente implementada no último governo, que foi a bancada que mais teve êxito nessa questão de apresentar uma inverdade, foi exatamente essa questão de que não representam os partidos que ora apresentamos. Por isso pedimos aos colegas vereadores que reavaliem a posição e votem a favor da emenda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador. Não há mais inscritos para encaminhar a votação. Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PR nº 001/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 25 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 02 ao PR nº 001/21.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Pelas informações que eu tenho, pelo projeto, cada partido terá um assessor de plenário a ser indicado, portanto votei contra a emenda.

Vereador Alexandre Bobadra (PSDB): Prestei muita atenção a todo esse debate aqui, todos os critérios a favor e contra, e com muita tranquilidade votei contra a emenda do Ver. Aldacir Oliboni.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Se esta emenda passar, poderá ter mais de um assessor de plenário em algumas bancadas e em outras não terá nenhum. Portanto, votei “não”!

Vereador Claudio Janta (SD): Para manter o direito das minorias e a pluralidade nesta Casa, votei “não”.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Votei contra a emenda e a favor das minorias.

Vereador Jonas Reis (PT): Votei “sim” por respeito ao povo e pela pluralidade partidária.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PR nº 001/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PR nº 001/21.

Vereador Jonas Reis (PT): Em respeito ao povo de Porto Alegre, votei “não”!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PR nº 001/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PR nº 001/21.

Vereador Jonas Reis (PT): Em respeito ao povo de Porto Alegre, votei “não”.

Vereador Claudio Janta (SD): Respeitando a vontade do povo, prevalecendo as minorias sobre a maioria, votei “sim”.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0011/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 001/21, que altera os incs. I, III, V, VI, VII e IX, inclui os incs. X a XIII no art. 3º e o art. 4-A da Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2017, altera os incs. IX, XI,

XIII, XIV, XV e XVII e inclui os incs. XVIII a XXI no art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 817, de 30 de agosto de 2017, altera o art. 6º da Lei nº 12.501, de 24 de janeiro de 2019, cria o Gabinete da Causa Animal (GCA) e o Gabinete da Inovação (GI), alterando a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **(SEI 118.00005/2021-49)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria, da Mensagem Retificativa nº 01, das Emendas nºs 01 a 05 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto, da Mensagem Retificativa nº 01, das Emendas nºs 01 a 05 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- com Emenda nº 01, do Ver. Giovane Byl;
- com Emenda nº 02, do Ver. Airto Ferronato;
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, do Ver. Idenir Cecchim;
- com Emenda nº 03, da Verª Lourdes Spreger;
- com Emenda nº 04, do Ver. Ramiro Rosário;
- com Emenda nº 05, da Verª Psicóloga Tanise Sabino;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 07-01-21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o PLCE nº 001/21. (Pausa.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento): Presidente, gostaria de propor que as emendas de nºs 01 a 05 sejam votadas em bloco, se houver acordo, para que possamos agilizar a nossa votação, pois acredito que há um consenso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Diretor, é possível fazermos a votação em bloco?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Algumas emendas estão destacadas, outras, não, mas teria que haver a concordância da totalidade dos líderes para formar o bloco.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Temos acordo da totalidade de líderes em relação ao bloco? (Pausa.) Tem que ser votado?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A formação de blocos obedece à seguinte regra, para esclarecer aos vereadores que estão ingressando agora: para formar blocos para votação de emendas, tem que haver acordo unânime entre os líderes e depois o acordo é colocado em votação, aí aprova a formação do bloco, e depois colocamos em votação o bloco propriamente dito.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): A questão toda é a seguinte: nós concordamos em bloco se forem todas as emendas. Para que dividir em dois blocos? Para rejeitar? Então vamos uma a uma. Vocês têm que dialogar conosco. Não é assim.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há acordo. Votaremos uma a uma.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Por estarmos dialogando é que o bloco pode ser formado de duas, três, quatro, cinco emendas. A minha proposta é que as emendas de nº 1 a nº 5 sejam votadas em bloco - desde que não estejam destacadas. As destacadas, por óbvio, vão ser votadas em separado -, e aí alguém pode propor, se for o caso, de botar outras no bloco. A minha proposta é da Emenda nº 01 até a Emenda nº 5, para que a gente possa conversar. Parece-me que tem acordo para fazer o bloco, agora só temos que ver quais as emendas que colocaríamos neste bloco. Estamos conversando. Obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Para formar o bloco, o Regimento exige que tenha acordo unânime de líderes, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então vamos avançar uma a uma, não há o que fazer.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, vereadores e vereadoras, quero fazer um registro à fala do Ver. Cassiá, que é um vereador que conheço, respeito e tenho consideração, mas ele falou: “Vamos trabalhar”. Nós trabalhamos muito, Ver. Cassiá. Só quero lembrar a V. Exa. que esta é a terceira legislatura seguida em que um vereador do PSOL é o mais votado da cidade e do Estado, seguida, em 2012, 2016, 2020, e agora os dois mais votados da cidade. Isso não cai do céu, isso é trabalho. Por outro lado, é importante registrar, em relação a alguns argumentos colocados sobre a proporcionalidade, e ainda bem que há pessoas de fora nos ouvindo, porque não é novidade para os que estão aqui, todos sabem aqui, os que fizeram o acordo e os que foram excluídos sabem o que aconteceu. É que desta vez há uma coincidência que não é exclusiva, há uma tendência nacional nesse sentido, em que o poder aglutina. O que houve aqui, na verdade, na formação deste bloco da Câmara, é que a base governista é essa mesma, e isso se reúne, e por isso o Roberto Robaina fala muito bem sobre a questão de que, é claro que no centro disso está o prefeito Melo, por

óbvio, e aí este bloco não é uma proporcionalidade de vereadores, como tentam colocar, o que até ofende a inteligência. O que houve foi um bloco para excluir a esquerda, que por acaso é oposição, porque não há ninguém de esquerda no bloco, sequer de centro-esquerda, o que existe é de centro pela direita. As coisas têm que ficar claras para os que não estão aqui; os que estão aqui sabem, todos sabem. O que temos agora pela frente, e por isso vamos discutir, Presidente, e encaminhar, primeiro discutir dizendo o porquê da votação contrária, é exatamente pelos motivos que já foram dados. Temos aí simplesmente a criação de sete cargos ao todo, temos quatro de secretários e três da Câmara, e isso é o começo do ano, a criação de cargos - esse é o debate. E todos esses cargos vão ser remunerados; e bem remunerados. Todo mundo ganha, aí, como vereador. É tudo CC7 ou secretário de Município, é isso que está sendo criado: sete cargos - quatro no Executivo, três no Legislativo. Tendo isso como dado real, surge um outro debate, que é a justificativa que foi dada para alguns e não para outros. Por exemplo, com relação à questão dos cargos do Executivo, houve reunião do prefeito com vários vereadores, com os 26 da sua base, e ali foi explicado, não sei se apresentou documentos, não sei nada, só sei o que disseram aqui alguns vereadores, que o prefeito apresentou dados e falou que haveria uma economia real de R\$ 80 mil. E ao Legislativo, não houve demonstração para nós de nada, em momento algum. Então, esses dados objetivos são os que trabalhamos, os dados que são divulgados, os dados que a imprensa especula e que consegue demonstrar. A criação de sete cargos remunerados, quatro no Executivo e três no Legislativo, e que não há, a não ser a conversa, a não ser que foi dito hoje aqui, pois em nenhum momento nos foi mostrado, nem no Executivo, nem no Legislativo, qualquer tipo de economia. Qual é a conclusão? Ora, os cargos vão ser remunerados, muito bem remunerados, essa é a reforma, essa é a resolução da Câmara e essa é a reforma administrativa. Por óbvio, nós temos que lutar contra isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Claudio Janta (SD): Que projeto estamos votando? O vereador Ruas voltou a falar dos cargos da Câmara, acho que este já votamos. Estamos votando cargos do Executivo. Só queria saber o que estamos votando, se é a reorganização da estrutura do Executivo, criando a pasta dos animais, se é criando a secretaria de administração, o que estamos votando? Pois o Ruas fez uma salada de frutas e eu não entendi nada. E quero dizer ao Oliboni que se não fosse a questão da democracia, das minorias, ele não teria acabado com o bloco, teria prevalecido a vontade da maioria. Isso é democracia.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Uma vez que o Ver. Janta fez referência a este vereador, quero dizer que é a mesma coisa, Ver. Janta. Os cargos do Executivo e os cargos do Legislativo, trata-se da mesma matéria. Fique tranquilo, pode fazer o seu voto.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio. Nós estamos fazendo uma crítica global, porque os PLs, o pacote de reforma administrativa tem uma essência, e a essência desse pacote é uma acomodação política criando cargos e salários para interesses da nova base aliada do Melo, e, neste caso, estou achando inclusive, e depois o PDT deve falar um pouco mais, mas parte deste acordo para o Presidente Márcio Bins Ely ter assumido a liderança no primeiro ano certamente também é dentro dessa lógica de distribuição de cargos para que o Sebastião Melo tenha uma maioria. A prática do Sebastião Melo está claramente ligada a esse tipo de política, é um toma lá dá cá, e é por isso que vamos votar contra, porque nós queremos dar um sinal para a sociedade de que nós não aceitamos o toma lá dá cá, e que nós temos posição que não muda de acordo com as circunstâncias. Nós fizemos uma oposição ao governo Marchezan desde o início, ideologicamente e também porque o projeto da cidade do prefeito Marchezan não era o projeto que nós defendíamos, diferentemente de alguns vereadores que na campanha eleitoral foram contra o Marchezan, e quando Marchezan ganhou, passaram a compor a base do governo dele, e, quando o Marchezan começou a ter problemas de popularidade, passaram a fazer oposição ao Marchezan. Agora estão fazendo a situação com o Melo. Essa lógica do toma lá dá cá é o que repudiamos, e esse toma lá dá cá foi tão absurdo que ele se apropriou inclusive de espaços que são legítimos, que nós conquistamos nas urnas com os votos. Até isso entrou no acordo, até os cargos que não foram cargos conquistados legitimamente pelos vereadores que se apropriaram de cargos que são da oposição. Então, logicamente que nós não nos guiamos por cargos, mas não somos idiotas políticos que não enxergam o que fazem dentro da Câmara de Vereadores. Uma das coisas, que, para mim, além do Sebastião Melo, além de não termos sido consultados, de que não nos apresentaram o detalhamento desses projetos, razão pela qual já nos tira qualquer compromisso de votar a favor deles. Basta ver o comportamento que já teve o líder do governo: na primeira sessão, quando, antes de haver o debate, fez um chamado - vale destacar - para que votassem contra todas as emendas que foram apresentadas pelos vereadores da oposição. Nós, do PSOL, não apresentamos emendas, mas é um direito apresentar emendas, e o governo não teve sequer a preocupação de saber de parte daqueles vereadores que apresentaram emendas, se as emendas aprovadas poderiam levar à aprovação do projeto ou não. O Ver. Cecchim já partiu do pressuposto e definiu a orientação. Qual foi a orientação? Nada para qualquer tipo de vereador e qualquer tipo de proposta que venha da oposição. É parte da lógica de tentar excluir e tentar pressionar a base de sustentação da Câmara no governo na linha do tipo “ou é fiel a nós o tempo inteiro, ou não terá nenhum tipo de espaço”. Conosco isso não funciona porque nós não aceitamos pressão, nós não estamos atrás de cargos e porque nós fazemos política por ideias e por um projeto. E é por isso acho que o PSOL, Pedro Ruas, está crescendo.

Acho que a gente tem que seguir assim, e nosso voto vai ser contrário porque o governo não merece esse voto de confiança. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): É importante que a população de Porto Alegre saiba que nesta legislatura a bancada de oposição, a bancada de esquerda, não vai ser comandada. Na Câmara de Vereadores não existem comandantes, ninguém comanda ninguém, e cada voto é um voto, cada vereador tem o mesmo peso dentro deste espaço democrático. É importante que a gente respeite, como já falei, a diversidade, que a gente respeite a proporcionalidade, e que a gente tenha diálogo real, não um diálogo pró-forma, não um diálogo cínico, que é o que acontece muitas vezes quando se vê a questão da quantidade de partidos que, ao fim e ao cabo, nós sabemos que existem coalisões, que realmente são brutais e têm como objetivo, e a gente vai observar isso nos próximos meses, um ataque direto aos servidores públicos, aos serviços públicos, inclusive aos direitos humanos que não foram tratados por esta reforma administrativa, por este PL enviado pela Prefeitura. A gente observa claramente que não existe uma preocupação com o direito das mulheres, com a população negra, com os indígenas, com a rede de proteção, nada disso foi tratado, nem com a questão da saúde, um dos direitos humanos mais básicos. É importante, mais uma vez, que a população de Porto Alegre saiba que mesmo que este bloco de oposição do qual fazem parte PT, PSOL e PCdoB, seja reduzido frente a esse rolo compressor da situação vinculado ao governo Melo, e que vai tentar patrolar o tempo inteiro suas pautas, provavelmente a gente vá ver votações sempre bloqueadas, dificilmente os escores vão modificar, pela forma como o próprio Cecchim já declarou aqui, que vão votar, independentemente do Melo, vão votar sempre contra qualquer proposta que venha da oposição, e esse é um recado direto da Prefeitura em relação à oposição, do qual eu discordo muito, porque não acredito que se faça assim a política, mas faz parte do jogo. É importante, então, que a gente deixe muito claro que vamos fazer aquilo que for possível para proteger e defender a população de Porto Alegre de qualquer projeto nefasto que venha a, por exemplo, prejudicar o acesso à água, mudar os custos da água, que vise as privatizações, que vão aumentar o valor a ser cobrado pelos serviços prestados e diminuir a qualidade de serviços, que não tratem sobre direitos humanos, que não tratem sobre direitos dos grupos vulneráveis, tudo isso vai ser debatido de forma muito forte por este bloco da oposição. E eu espero que a gente saiba, mais uma vez, que aqui não existem comandantes, ninguém comanda absolutamente nada, aqui o diálogo se dá entre iguais, dentro de uma ordem, dentro daquilo que está estabelecido. E mesmo aquilo que está estabelecido no Regimento, na legislação, não está sendo cumprido. E aqueles que gostam tanto de falar em ordem, em seguir a hierarquia, a

disciplina, todos esses pontos, não estão respeitando o básico, que é aquilo que está legislado e aquilo que foi acordado entre todos e todas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Mais uma vez, eu saúdo aqui o Presidente da Mesa e os vereadores e as vereadoras que dividem esta Casa comigo. Quero fazer uma proposição. Eu, que sou uma mulher negra nascida e criada nas comunidades desta cidade, sei da importância e sei como esta Casa pode mudar a vida das pessoas. Eu quero dizer que eu também sou parte – o PCdoB elegeu em Porto Alegre duas mulheres negras, duas mulheres negras comprometidas com as pautas sociais da cidade –, que tenho a marca da liderança sendo também uma jovem negra e que sei o meu papel aqui dentro desta Casa. Por isso, sabendo da necessidade de a gente construir unidade, eu queria mais uma vez reforçar aqui a proposta de votar em bloco, de votar todas as emendas em bloco; essa é uma sinalização importante, ambos os lados sinalizam uma flexibilidade. É inadmissível que a gente tenha esses placares de 26, de 25 a 10 e que a gente não consiga dialogar sobre os temas da cidade. Eu, revisando aqui todas as emendas, todas são fundamentais à cidade. É inadmissível que a gente não consiga construir um consenso. Porto Alegre elegeu todas e todos aqui. É inadmissível que, mais uma vez, a gente não consiga construir diálogo; mais uma vez, a gente não consiga construir projetos em conjunto.

Eu coloco esta proposição aqui porque eu acredito que todos nós queremos o melhor para a cidade. Eu acho que a Comandante Nádia, o Oliboni e o Pedro Ruas, mesmo que nós todos estejamos, inclusive, em partidos e lugares diferentes, é preciso flexibilizar para que a gente, em algum momento, construa uma unidade para o bem da cidade. A proposição aqui é que a gente vote todas as emendas em bloco, que não seja uma a uma. Essa é uma sinalização importante para a cidade, todas e todos queremos construir um caminho comum de melhoria para a cidade. Ou a gente vai ficar aqui com sessões longuíssimas e não vai construir nada, vai ser sempre essa grande discussão de oposição e de situação e de projetos que não constroem o melhor para a cidade. Vereadores e vereadoras, esta é a minha proposta: que a gente vote todas as emendas em bloco; é uma importante sinalização do governo, Ver. Cecchim, vamos construir aqui uma sinalização de unidade. Mais uma vez, que a gente vote em bloco todas as emendas, a integralidade de todas as emendas, e não da 01 a 05, porque aí a gente vota o bloco do governo e não vota o bloco de oposição. Essa é a minha proposta, como líder do PCdoB.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, eu queria reafirmar que nós tivemos dois processos eleitorais. No processo eleitoral de 1º turno, o candidato foi de peito aberto para as ruas dizer que ia fazer o que está fazendo agora – ter política pública para os animais, dividir a secretaria de administração e de gestão. Foi para as ruas dizer isso, que ia fazer uma cidade, no seu ponto de vista e no de quem o apoiava, melhor para as pessoas. E a população foi lá no 1º turno, votou e elegeu os seus representantes na Câmara de Vereadores. Foi um projeto que foi ganhando adeptos, as pessoas vieram. Criar secretaria do esporte; criar condições para as pessoas começarem a melhorar a sua cidade; diminuir a questão do IPTU; uma série de coisas. Esse projeto foi vitorioso no 2º turno, vitorioso com mais de 53% dos votos da população de Porto Alegre. O que nós estamos discutindo aqui é a continuação do projeto proposto nas eleições, que tem que ser realizado. Como Câmara de Vereadores, nós podemos até emendar, podemos fazer o que quisermos, mas foi eleito um projeto pelo povo de Porto Alegre, um projeto que hoje faz seis dias que está funcionando. Seis dias que está funcionando! E aí a oposição já quer resultado! Oliboni, o PT ficou no governo 500 anos! Em 16 anos, não reduziu em um segundo a jornada de trabalho. Ficou 16 anos no governo e não fez política pública para gerar emprego neste País, emprego concreto, emprego que dure. Não fez um projeto em 16 anos! Aí, em seis dias, vocês querem que o Melo resolva todos os problemas de Porto Alegre, todos os problemas que vocês, que ficaram um monte de tempo, não resolveram. Então vamos com calma, deixem o homem respirar. Vocês conhecem o Melo, ele foi colega de vários de vocês – não foi meu, foi de vários de vocês –, vocês sabem a índole que tem o Melo, então não venham querer comparar o Melo com outros. Vamos respeitar as cabeças, vamos respeitar as caras. Ele já entrou em contato com os três partidos de oposição pedindo reunião, pedindo conversa. O governo é uma coisa, a Câmara é outra. Ainda há pouco, o vereador disse “ninguém vai botar nada em nós, um cabresto aqui”. Nós fizemos o que achávamos justo. O Oliboni, agora mesmo, 17 partidos queriam votar em bloco, e ele simplesmente disse que não. A grande maioria se rendeu a uma minoria. Esses são os exemplos clássicos do que aconteceu. Então é jogo para frente, gente. Vocês já entraram na justiça na legislação passada, o Judiciário disse que é legítimo, porque nós somos 18 bancadas. Então, por favor, vamos jogar para a frente. Vamos discutir se somos a favor de criar a secretaria do esporte ou não; vamos discutir esse tema que está na pauta; a questão dos animais, se é importante para a cidade de Porto Alegre ou não; a reestruturação que foi proposta pelo governo, dividindo algumas secretarias, se é importante ou não. Agora, ficar batendo na mesma tecla, aquela velha política que vem lá de trás... Uma mentira falada mil vezes se torna verdade. Eu acho que os senhores não precisam fazer isso, vocês podem ser propositivos, vocês podem ser pessoas que realmente, mesmo tendo sido derrotados nas urnas no 1º e 2º turnos, contribuam com o projeto que vocês tinham – algumas coisas eram interessantes para a cidade de Porto Alegre. Nós podemos avançar e construir. Agora, querer, em menos de

seis dias, que o governo dê respostas? Temos que começar a aprovar o que o governo precisa para dar as respostas necessárias, porque se comprometeu – não prometeu, se comprometeu – nas eleições com a população de Porto Alegre nas ruas, nos bairros, no Centro, no rádio, na TV, nos debates. Tudo o que está acontecendo aqui foi um compromisso que o Melo assumiu com a população de Porto Alegre. Nós estávamos juntos no 1º e 2º turnos, referendamos e queremos ver aprovado na Câmara de Vereadores. Não é uma luta de Davi contra Goliás, não é nada; é a nossa vontade, que é a vontade do povo. Mais de 53% da população escolheu que isso seja realizado, que nós tenhamos a secretaria do esporte, tenhamos o departamento dos animais, que nós tenhamos um governo mais ágil, um governo mais representativo, com políticas públicas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apregoo as Emendas nºs 06 e 07, de autoria dos vereadores Aldacir Oliboni e Jonas Reis, ao PLCE nº 001/21.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 06 e 07 ao PLCE nº 001/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Eu acho que a justificção aqui de várias argumentações sobre a consolidação dos blocos de 26 contra 10 materializa a dimensão da interdição do debate nesta Casa e o quanto isso é (Problemas na conexão.) àquilo que é prerrogativa primária deste espaço plural, que é o debate em prol da cidade. Eu, por exemplo, acredito, sim, que este tema que nós estamos debatendo aqui sobre a reforma administrativa é um tema fundamental e que é de prerrogativa do novo governo poder ajustar e informar aqui com a Câmara o desenho que ele compreende como necessário para poder executar o projeto que foi eleito nas urnas no último dia 29 de novembro. Ainda mais porque eu defendo um aparelho público em defesa dos serviços públicos de forma acessível, da qualidade, de um Estado operante, ativo, que tenha compromisso com as demandas do povo, mas que responda às necessidades urgentes da cidade. Ainda que, sobretudo no que nos foi apresentado, muitas questões não tenham ficado nítidas e que muitas questões nos apresentem preocupação por algum envolvimento contraditório. Ou nós não vemos algumas justificativas que fragilizam alguns órgãos que são de extrema importância para o funcionamento da nossa cidade, como a Carris e como a própria Procempa.

Agora, é fundamental que nós consigamos fazer debates para que nós possamos avançar. Aqui nós não estamos tratando simplesmente de um debate sobre a criação de secretaria X ou Y, mas nós estamos debatendo de fato aqui uma compreensão sobre o que é necessário no momento; e é fundamental que tenha bastante diálogo também com a oposição, afinal de contas, é por isso que a reforma

administrativa passa por esta Casa no início do governo. Infelizmente, para o diálogo, pelos vereadores da situação, parece pouca disposição para tal. Além disso, eu acredito que as secretarias precisam tratar de ações políticas e das suas finalidades estratégicas, porque nenhuma reforma há de dar conta de contornar a irresponsabilidade da má-gestão, tampouco dos desmontes das políticas públicas, como nós vemos nesta cidade desde... (Problemas técnicos no som.) ...Na segunda-feira, o nosso atual prefeito Sebastião Melo, inclusive, com decreto, que, supostamente trata do combate à Covid-19, na verdade, versa mais sobre as flexibilizações das medidas restritivas, sobre o método irresponsável de enfrentamento ao vírus, reafirmando uma agenda da política sustentada por Bolsonaro.

Nós vivemos, nesta primeira semana de 2020, em Porto Alegre, como se estivéssemos vivendo um *review* de 2020... (Problemas técnicos no som.) ...pior pesadelo, talvez, na história do País. É tão triste, porque hoje, enquanto nós estamos aqui na sessão, o Brasil marcou a sua marca de mortos em decorrência da Covid-19. Nesta cidade, a nossa capital, a cada cinco pessoas que morrem por Covid-19, uma não tem nenhuma escolaridade. Isso demonstra onde o desmonte das políticas públicas ataca da forma mais perversa a nossa capacidade de enfrentar a pandemia. É por isso que eu acho importante, sim, por exemplo, a manutenção de uma estrutura extraordinária que... (Problemas técnicos no som.) ...enfrentar o coronavírus, desde que ela, de fato, enfrente o coronavírus, e não seja um espaço de articulação dos interesses empresariais, que é o que nós temos visto nesses sete dias de governo Melo. A reforma administrativa não altera, de forma alguma, a responsabilidade da administração pública com a vida, que é o bem maior pelo qual a política deve primar.

Quero dizer, para concluir, que nós temos experiências de governos que conseguiram apresentar, nesse curto período, pelo Brasil, ações incisivas de resposta à necessidade urgente da população. Cito como exemplo a prefeitura de Belém do Pará, dirigida pelo PSOL, onde já se tratou do auxílio emergencial municipal. Quais são as medidas do governo Melo para que a gente possa enfrentar esse período, para reestruturar a Prefeitura para enfrentar o momento pelo qual a gente passa? Aqui ao lado, falando nas nossas questões de esquerda, Canoas já reservou R\$ 22 milhões para enfrentar (Problemas técnicos no som.) ...a vacina. Nós temos a prefeitura de Juiz de Fora, em Minas Gerais, que já assinou o contrato que garante a entrega de um milhão de vacinas do Butantan, assim como São Leopoldo, Esteio, Itaqui, Nova Santa Rita, enfim, várias prefeituras têm uma ação ativa na garantia da vida. E o que nós vemos aqui é conchavo, é a garantia, na verdade, de pequenos interesses econômicos em detrimento, de fato, do bom funcionamento da máquina pública, dos direitos da população e, principalmente, do direito à vida de cada porto-alegrense.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, diretor, colegas vereadores, eu, desde o início, gostaria de ter falado, mas fiquei com o sinal fraco. É importante registrar para os vereadores da oposição – principalmente o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Roberto Robaina, que se manifestaram preocupados com a falta de diálogo e com a falta de busca, de encontro do prefeito – e deixar claro que eu mesma, há pouco, conversei com ele, e ele me disse que pediu para falar com a oposição, que ele está à disposição para conversar e debater com vocês toda e qualquer reestruturação, planejamento e políticas públicas. Agora, eu peço aos meus colegas que lembrem de um fato muito importante: nós estamos apenas no quarto dia útil do governo Melo. Todos nós conhecemos muito bem o prefeito eleito, porque ele foi nosso colega vereador, nós sabemos do perfil de gestor, de zelador, preocupado com políticas públicas do Sebastião Melo. Então eu penso que nós temos que nos unir agora e dar uma oportunidade para que esse governo possa fazer um bom trabalho por Porto Alegre.

Gostaria aqui de registrar algo que eu vejo como muito importante. Nós temos, nessa reforma administrativa da Prefeitura de Porto Alegre, a mudança da disposição das secretarias, que faz parte de um rearranjo a fim de oferecer melhores serviços para os porto-alegrenses. Nós estamos dividindo em quatro eixos: gestão, serviços públicos, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. Se nós não tivermos empresas fortes, saudáveis, nós não vamos ter empregos, nós teremos uma alta de desempregos.

Também é importante registrar aqui – eu acho que foi o Pedro Ruas que falou na secretaria que o André Machado está assumindo – a necessidade de criação de uma secretaria municipal de habitação e regularização fundiária. A partir dessa criação, passará a centralizar as atividades relacionadas à habitação, tornando-se a única porta de entrada para as demandas habitacionais de Porto Alegre.

Eu quero também dizer aos meus colegas vereadores que eu me debrucei sobre o projeto. O DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação, por exemplo, vai atuar nas competências ligadas à execução de políticas públicas. São duas linhas de atuação bem distintas: uma de orientação política pública, outra de execução. A secretaria municipal de habitação, essa que eu já falei, eu vejo como fundamental. Nós sabemos que milhares de pessoas moram no local, mas não têm a posse. A secretaria municipal de administração e patrimônio, hoje, as suas atribuições são exercidas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. O objetivo da sua criação é racionalizar e qualificar a gestão de licitações, contratos, aquisições de materiais. A secretaria municipal de obras e infraestrutura, eu vejo como a sua criação vai melhorar a produtividade do setor de projetos, reavaliando o melhor formato de trabalho. A intenção é que o Município tenha obras geridas com mais celeridade e eficiência para a população. O gabinete de inovação, o objetivo principal é colocar a inovação no centro da estratégia do governo e auxiliar as demais áreas e secretarias na implementação de projetos inovadores nas suas áreas de competência.

Então eu penso, colegas de vereadores – eu conheço cada um de vocês, eu conheço a oposição, a situação, os independentes, tenho um ótimo relacionamento com a oposição –, por favor, vamos dar uma chance para este governo promover políticas

públicas, trabalhar por Porto Alegre. Nós tivemos quatro anos tão difíceis, com falta de diálogo, com tantas dificuldades. Chegou a hora de impulsionar Porto Alegre na economia e também nas políticas públicas. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhores vereadores, eu quero só fazer um registro aqui. Quero dizer que eu concordo com uma parte da fala do Ver. Radde quando ele disse que nós não temos comandantes aqui, que cada um de nós tem um voto. Quero dizer que ninguém vai levar nada no carteiraço. A própria esquerda, no dia da posse, decepcionou, traiu 27% da população de Porto Alegre quando se retirou do plenário, como diria o Dr. Ruas, renomado advogado, perdendo o princípio da oportunidade de fazer o diálogo, a conversa, a sustentação oral. Abandonou o plenário! Uma falta de respeito ao restante dos seus colegas vereadores; eles simplesmente saíram fora e nos deixaram sozinhos. E nós, exercendo a nossa função, representando o povo de Porto Alegre, acabamos votando e resolvendo a questão das comissões. Mas, Leonel Radde, como tu disseste bem, ninguém vai levar no carteiraço, cada um de nós tem um voto aqui. Então não adianta; a mais votada tem o mesmo peso de voto que o menos votado. Esse rapaz que falou que é doutor, ele é doutor, mas o voto dele vale a mesma coisa que o de quem é simplesmente alfabetizado.

Então, quero dizer para vocês que cada um de nós tem um voto. Sei que vocês são comandados pelo Dr. Robaina, mas nós temos que manter aqui o diálogo, a tranquilidade. A esquerda comandou Porto Alegre por 16 anos e falhou. Nós estamos aqui para trabalhar, para olhar para a frente. Certa vereadora falou que eu tinha que fazer curso de oratória. A senhora me manda um livro, então, de onde a senhora fez o curso de oratória, que eu vou recomendar para os meus inimigos.

Nós tivemos uma grande oportunidade aqui de votar em bloco, foi rechaçado pela posição. Então vou pedir para vocês que a gente possa acelerar esse processo. Eu coloquei a foto da minha filha Helena no grupo, ela tem 10 dias; eu também tenho a Isabele, que tem 10 anos. Eu amo as minhas filhas; estou aqui para representar o povo de Porto Alegre, se tiver que ficar até às 5h da manhã conversando, eu fico, mas, se a gente puder ser mais objetivo, o povo de Porto Alegre agradece, está bem? Estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Colegas, cidadania de Porto Alegre, querida cidade, trabalhadoras, trabalhadores, vocês estão vendo como se pronunciam alguns vereadores. Eu quero dizer ao senhor, Ver. Bobadra, que, quando o senhor falar do PT, o senhor estude história, porque o PT revolucionou este País: criou empregos, políticas públicas, valorizou o salário mínimo, desenvolveu a economia. Então o senhor pegue as suas palavras de ofensa ao Partido dos Trabalhadores e as engula e as digira da forma que lhe convir.

Agora, quero passar para a matéria de fato, que é o que interessa aos porto-alegrenses neste momento. Neste momento, Porto Alegre vive uma pandemia gravíssima, e isso é muito triste. Eu me solidarizo com as vítimas, com as famílias. A cada momento, a cada minuto, Porto Alegre precisa de uma medida enérgica do governo, de um pacote para atacar o vírus. O quem deve ser atacado é o coronavírus na cidade, e não o voto popular, a democracia, a pluralidade, a proporcionalidade prevista no Regimento. Sobre a reforma administrativa, me perdoem os membros do governo, mas criar secretarias, criar cargos de secretários e de adjuntos não vai resolver o problema primeiro de Porto Alegre, que é derrotar esse vírus, criar emprego, gerar renda. O governo quer criar uma secretaria de parcerias para fazer mais privatização, ao invés de criar uma secretaria do trabalho, uma secretaria que defenda o trabalhismo. Onde estão os trabalhistas para defender isso? Uma secretaria robusta que defenda a geração de empregos, de renda, de distribuição de renda, que fomente a economia solidária. Por isso, nós temos uma emenda para valorizar a economia solidária, os pequenos produtores, a organização dos trabalhadores. Mais do que isso, nós queremos o fomento às feiras ecológicas, o fomento aos hortifrutigranjeiros, descentralizar o acesso à alimentação na cidade para que se gere emprego, renda. Por isso, nós estamos prevendo isso na emenda, para qualificar a reforma administrativa do governo. Nós queremos ajudar o povo de Porto Alegre, nós não estamos aqui só para derrotar o projeto, nós identificamos erros. O projeto prevê a centralização das licitações. Mas o que é isso? Vai ter que pedir autorização o diretor do DMLU para o secretário da administração para fazer uma licitação para comprar contêineres – agora, logo, vai ter que comprar, vai ter que fazer de novo. Vai ter que pedir autorização o diretor do DMAE para comprar encanamento e resolver os problemas da cidade, que são gravíssimos. O saneamento desta cidade foi sucateado pelo governo anterior.

Para salvar a autonomia de vários órgãos, como o Previmpa, a FASC, o DEMHAB, é preciso deixar só a administração direta fazer as suas licitações, e as indiretas as suas. Para que juntar tudo? Os técnicos que estão dentro do DEMHAB sabem fazer descrições do que precisa ser comprado. Eles estão nessas instituições porque têm conhecimento, fizeram concurso, e agora não poderão trabalhar porque querem centralizar as licitações; e, mais do que isso, criar uma secretaria com 11 pastas envolvendo mulheres, a questão da diversidade, a questão das religiões, dos deficientes, tudo. Será que vai ter orçamento? Por que não criaram mais? Eu quero ver o dinheiro para essas políticas. Tem que botar dinheiro, não adianta só criar secretarias. Quero dinheiro, quero desenvolvimento, quero respeito à diversidade real. Não se faz criando secretarias, apenas; se faz garantindo o orçamento. Então tem que orientar os partidos a

desengessar o orçamento nacional. Não adianta criar secretaria aqui e dizer que vai desenvolver economicamente Porto Alegre.

Para concluir, eu quero dizer ao povo de Porto Alegre: não se enganem, trabalhadoras, trabalhadores, eles querem um engodo, enrolar a população criando quatro secretarias a mais, criando cargos, super cargos de secretários para serem chamados de secretários adjuntos por aí, e o povo não vai ter emprego, não vai ter renda, a Covid-19 não vai ser atacada, porque não veio isso para cá, nós estamos discutindo a reforma administrativa. Para concluir, eu peço a sensibilidade da Câmara, que qualifique essa...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, o Ver. Márcio Bins Ely; os colegas vereadores e vereadoras; o público que acompanha a nossa sessão. Nós estamos discutindo, neste momento, um dos projetos da reforma administrativa mandado pelo atual prefeito, Sebastião Melo, à Câmara de Vereadores. Parabênzo, como líder do PT, a nossa Bancada, que tem se posicionado claramente sobre as consequências de um projeto que o prefeito manda à Câmara, e que, de uma certa forma, decepciona o conjunto da sociedade pela não complementação de ideias discutidas na campanha.

Quem não se lembra que após a campanha o nobre prefeito diria que mandaria à Câmara um projeto de lei para desconstituir o reajuste, oportunizado num projeto de lei do prefeito Marchezan, sobre o IPTU. A população recebeu agora o carnê do IPTU com o aumento, e está indignada com o nobre prefeito Sebastião Melo - quem disse não fomos nós, foi o prefeito Sebastião Melo. O prefeito Sebastião Melo disse que, quando assumisse a prefeitura, também trataria das terceirizações na área da saúde e que optaria por um sistema mais barato – vejam só, mais barato, não mais eficaz. Mas nós temos o entendimento que o IMESF cumpria uma importante missão, mais barata e mais qualificada. O prefeito municipal demitiu 1.840 servidores, e já estamos a quantos dias do governo Melo, e ele não mandou para a Câmara nenhuma iniciativa de constituir uma nova empresa, pode ser pública de direito privada ou pública de direito público – o debate se faz aqui. Mas não veio na reforma, o primeiro pacote da reforma. E os trabalhadores estão aí. O mais decepcionante é que o secretário faz um diálogo paralelo com alguns vereadores e algumas entidades, e o prefeito disse que o debate viria para a Câmara, e até então nada veio; e nem resposta à comissão pedida pelo próprio prefeito. O prefeito sinaliza que quer falar com a oposição, com o PT, o PSOL, o PCdoB, todos os partidos, inclusive, a sua assessoria marcou contato comigo hoje, e já marcamos uma reunião com o prefeito para a próxima semana – ela deveria ter sido

antes do pacote; nós poderíamos dizer o que estamos dizendo agora, da nossa insatisfação. Mais do que isso, a insatisfação de ver um grupo de vereadores, - um bloco de vereadores -, que de novo, exclui uma parcela da sociedade que hoje elegeu um conjunto de vereadores, que hoje estão na oposição, e que, infelizmente, alguns vereadores se acham que podem ganhar no carteiraço. O carteiraço aqui não é nosso; o carteiraço é de um grupo de vereadores que não consegue enxergar o que a população elegeu. Essa é a verdade – e muitos não gostam da verdade, estão chegando agora. Agora é preciso ter o respeito no debate, na representatividade; e eu tenho uma profunda admiração ao nobre Ver. Idenir Cecchim, que é o líder do governo, um cara que já tem experiência de vida, sabe das consequências. Nós queremos dialogar com o governo Melo, queremos propor iniciativas; inclusive, o próprio prefeito falou e elogiou o Orçamento Participativo, como se dará o Orçamento Participativo em Porto Alegre. Os CARs regionais estão abandonados, sucateados, sem nenhuma estruturação. Como se dará a terceirização na Saúde, se não tem uma decisão do Ministério Público Federal que não pode terceirizar a Saúde? Mas o governo Marchezan terceirizou! E agora vem uma reclamação pontual da direção do próprio IMESF, que além de ser melhor o IMESF, era mais qualificado, e que é impossível continuar com o sistema de terceirização e fechamento de postos de saúde.

Nós precisamos reconhecer as entidades importantes, como a UAMPA, o Conselho Municipal de Saúde, e uma infinidade de entidades que o governo passado não enxergou. Agora, nessa mudança, nós queremos ver se vocês, V. Exas., meus queridos, vão vetar a emenda que nós estamos propondo para constituir a UAMPA dentro do Conselho Municipal do DEMHAB. Esta é a verdade. É um conjunto de associações que dialogam com a vida do cidadão na comunidade. Se o prefeito Melo quer o diálogo com a comunidade, vamos ouvir um pouco o que a oposição propõe, senão é um discurso vazio, demagógico e nada representativo. Eu certeza que muitas conversas temos que fazer para melhorar essa relação do Legislativo com o Executivo. Espero que isso aconteça, se não acontecer, é óbvio, a oposição, um pouco maior agora, vai dar um pouco de trabalho para quem não conhece ainda a vida do Legislativo. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro encerrada a discussão

Aprego e defiro o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 06 e 07 ao PLCE nº 001/21.

Passamos à votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Começaremos pelas emendas destacadas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 001/21. (Pausa.) O Ver. Giovane Byl está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Sr. Presidente, Sr. Diretor, vereadores e vereadoras. Eu não quero aqui ser enfadonho, mas quero reforçar a importância de darmos atenção para a juventude da nossa cidade. A juventude, por muito se disse, que é o futuro, eu discordo, porque os jovens são o presente, e sem os jovens não teremos um futuro. Então, pela juventude negra, pela jovem mulher, pelo jovem indígena, pelo jovem pardo, pelo jovem das filas e das periferias de Porto Alegre, eu venho aqui pedir que os senhores vereadores votem “sim” a essa emenda. Aos vereadores que têm filhos adolescentes, que têm familiares adolescentes, sabem o quanto é importante nós termos uma política de proteção, de cuidado, de orientação e de projeção para os nossos jovens.

Ser jovem, hoje, em Porto Alegre, principalmente nas periferias em que os jovens são as maiores vítimas da violência e dos vícios... (Problemas técnicos no som.)

Acredito que tenha caído a minha conexão. Então, para concluir: os nossos jovens têm sido as maiores vítimas da violência, dos vícios, das doenças sexualmente transmissíveis, e do grande mal que vem assolando a humanidade, e principalmente a juventude, que é a depressão, a automutilação, o suicídio, a obesidade, e tantos outros problemas que assolam a nossa juventude de Porto Alegre. Então, eu conto com o apoio, não é por mim, por ter apresentado essa emenda, é pela juventude e todos aqueles que militam, que trabalham na base, na vila, levando um projeto social. Tem muitas pessoas aqui assistindo que desenvolvem projetos sociais com os nossos jovens. Nem todos os jovens vão ser campeões no esporte, artistas reconhecidos, mas o nosso interesse e o mais importante é que os nossos jovens vençam na vida, subam na vida. Abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Giovane Byl.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há mais inscritos. Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PCLE nº 001/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 31 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PLCE nº 001/21. Parabéns, Ver. Giovane Byl.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 001/21. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): A nossa emenda vem fazer um complemento, porque está com vários destaques nas competências, mas nós sugerimos a promoção da educação ambiental que é pela transversalidade, porque entendemos que se nós educarmos a partir das escolas, as pessoas e as crianças, quando sabem o que é o bem-estar, e quem trata bem o animal, trata bem o humano. Então, nós incluímos, inclusive, para os cuidados, para evitar o abandono, que dá tanta repercussão para o município, nas reclamações para os resgates. Então, foi nesse sentido que a gente apresentou essa emenda, para completar o que já está nas competências do gabinete da causa animal. Conto com os colegas para votar e aprovar.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 001/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal) **APROVADA** por 31 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 001/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Caros vereadores, vereadoras, a Emenda nº 06 objetiva que a gente possa, realmente, ter respeito à diversidade cultural, religiosa, neste Município, bem como respeitar o manejo correto das áreas rurais, de forma sustentável. Também tem o objetivo de fomentar as feiras ecológicas e as feiras de hortifrutigranjeiros e fomentar a política de compra de produtos hortifrutigranjeiros, oriundos de produtores rurais de Porto Alegre, em parceria com a Secretaria Municipal da Fazenda, com preferência para os hospitais, escolas, as estruturas públicas. Além disso, a gente deseja fomentar a rede de economia solidária que cresce muito e cresce bem, mas precisa do apoio das políticas públicas. O Estado precisa olhar para as trabalhadoras, os trabalhadores que se auto organizam de forma solidária, criativa, colaborativa. Enfim, a economia solidária e criativa no município de Porto Alegre precisa de incentivos. Incentivos em rede. Por isso que a gente propõe essa Emenda, para que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo realize, de fato, e a gente propõe uma linha, entre a B e a C, que conste da seguinte forma: a promoção de eventos culturais e religiosos deve ocorrer de forma que seja garantida a equidade e o acesso aos recursos e patrocínios das diferentes formas de religiosidades e sacralidades da cidade, principalmente as que sofrem com perseguições e preconceitos históricos. Nós queremos, com isso, nobres vereadores, observar que não basta a intenção, que não basta vir ao microfone e dizer: queremos melhorar, queremos construir Porto Alegre, vamos apoiar o governo, vamos dar o voto para ele, vamos aprovar o projeto, se lá no projeto não está colocado o respeito à diversidade, não está colocado lá o fomento real aos produtores rurais de Porto Alegre, não está colocado lá que o dinheiro público que vai ser utilizado também para fomentar os pequenos produtores desta cidade, que não está colocado lá que a economia solidária vai sim ter um espaço na política pública deste Município. Nós não queremos que se repita o governo do Marchezan que

esmagava trabalhadoras e trabalhadores, que destruiu a economia de Porto Alegre, criou o desemprego, jogou a população nessa irresponsabilidade de não ter uma política forte de enfrentamento à Covid-19. Agora é hora de reconstruir Porto Alegre, e para isso nós temos que ajudar os trabalhadores e trabalhadoras desse Município, com políticas reais, com robustez. Não se faz Porto Alegre só com frases, ou só criando secretarias. Já falei isso antes e repito: se faz Porto Alegre com intenções reais, com organização e planejamento; e se não estiverem lá, essas emendas, que estamos propondo, essa Emenda de nº 06, porque têm pessoas que estão contra os trabalhadores, contra a economia solidária e criativa do Município; contra o fomento aos produtos rurais de Porto Alegre e contra a diversidade cultural e religiosa, que querem ter a decisão só de suas cabeças, sem respeitar a legislação. Não! Nessa reforma administrativa tem que constar sua intenção.

Então, em nome da bancada do PT, eu peço que a gente possa olhar com acuidade essa emenda que vem para qualificar, para que realmente essa expressão importante da população, de trabalhadores e trabalhadoras que sejam vistos pelo poder público. De intenção, vocês sabem – vou usar uma alegoria –, o inferno está cheio. Nós queremos é compromisso. Quero ver se o governo tem compromisso, realmente, por qualificar a sua proposta e ter respeito pela pluralidade da Casa. Nós estamos tentando colaborar com essa emenda, por isso estamos propondo, a cargo da liderança do governo (Problemas na conexão.) Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 001/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Presidente. Só para dizer aos vereadores, e é importante a gente lembrar, quando eu fui secretária do desenvolvimento social, eu apresentei ao então prefeito Marchezan um Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, um programa que existe desde 2003. Ele foi criado em 02 de julho de 2003 e corresponde a duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Isso está lá na mesa do prefeito e eu já conversei com o prefeito Sebastião Melo para que seja feita a assinatura. Basta uma assinatura do prefeito para que a agricultura familiar aqui de Porto Alegre possa ser assistida por esse Programa de Aquisição de Alimentos.

Além dessa promoção do acesso à alimentação, os objetivos desse programa é a compra dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, destinando às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, e também àquelas atendidas pela rede socioassistencial aqui do nosso Município, que diz respeito à FASC, e também pelos equipamentos públicos, que podem adquirir esses alimentos. Ainda, temos mais de 250 famílias de pescadores, das ilhas, que também podem estar inseridas nesse Programa de Aquisição de Alimentos. Então, não

precisamos inventar a roda. Tem um programa que está aí, basta a assinatura do prefeito. O prefeito Marchezan recebeu, à época, toda a documentação, por certo não teve tempo de fazer todo o incremento para que Porto Alegre tivesse sido assistida por este programa, mas tenho certeza que o prefeito Sebastião Melo, já sugestionado por esta vereadora, assim o fará, para contribuir com a agricultura familiar, bem como com os piscicultores, e, assim, desta forma, promover o abastecimento de alimentos, por meio de compras governamentais, e por parte do governo municipal, a essas famílias.

Então, acredito que essa emenda já esteja contemplada pelo PAA, que já está à mesa do prefeito Marchezan e também do secretário de Desenvolvimento Social, sob cujo guarda-chuva está a FASC. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar à votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 001/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu só quero encaminhar à votação a emenda de autoria do Ver. Jonas. O doutor colocou dois temas bem diferentes dentro do escopo da sua emenda, e eu queria mencionar (Problemas na conexão.) ...acaba ficando ruim. Inclusive, quando os senhores mencionaram que era importante colocar com clareza, eu também entendo que é importante separar os temas. E daí eu vou explicar por quê. Porque eu votaria, ou, pelo menos, me empenharia em defender a questão do apoio às feiras agroecológicas, de hortifrutigranjeiros, fomentando a compra de frutas aqui na cidade – não teria problema com isso –, mas, como dentro desta emenda está incluída a questão religiosa, de distribuição equânime de recursos para atividades culturais e religiosas, esse é um tema, na minha opinião, que não tem muito a ver com o projeto original e isso faz com que o senhor acabe perdendo, inclusive, o voto da base, ou dos vereadores que tenham um trânsito bom com qualquer sigla partidária, porque incluiu na sua emenda um tema muito delicado, que seria a distribuição de recursos para entidades culturais e religiosas, que não tem a ver com o escopo do projeto. Então é uma dica para que cada emenda trate de um único tema para ficar mais fácil, inclusive para a gente se posicionar, porque às vezes pode acontecer de temas importantes, como o que o senhor colocou na segunda parte dessa emenda, serem prejudicados como um todo, por uma parte que acaba não sendo o entendimento de uma maioria. Então, é mais essa colocação que eu gostaria de fazer. Vou votar contra a emenda, não por toda ela, mas por causa de uma parte dela. Fica, então, como dica, já que o senhor está começando agora na política. Poderia distribuir as emendas, cada uma com seu tema, que aí fica mais fácil para a gente se posicionar de maneira favorável, mesmo que o tema seja da oposição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar à votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 001/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Srs. Vereadores, quero deixar claro aqui que nós somos a favor da diversidade cultural, da diversidade religiosa e dos pequenos produtores rurais. Todos sabem que no Parque da Redenção tem um caldo de cana maravilhoso, tem muitas coisas bacanas. Todos os sábados eu vou ali dar uma corridinha, corridinha, Presidente Márcio, e consumir produtos da feira orgânica. Acho que o tema é muito importante, muito bacana para ser conversado, dialogado com mais calma num futuro próximo. E eu quero dar uma dica para o Ver. Jonas, uma questão de técnica legislativa. Acho que ele colocou temas importantes, temas pertinentes, num assunto só para ser discutido de supetão. Acho que na próxima, Ver. Jonas, com mais calma, com mais tranquilidade, a gente pode caminhar junto nesse projeto tão importante para a cidade de Porto Alegre. Meu voto é “não”, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Vereador.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 001/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 25 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 06.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Primeiro, eu queria registrar que eu fico impressionado com a tentativa de desconstituir uma emenda que tem uma enorme importância no projeto de lei. É lamentável essa posição. Acabamos de votar favoravelmente a duas ou três emendas. Esta emenda é excelente, parabéns o nobre colega, Ver. Jonas, e votei “sim”

Vereador Cassiá Carpes (PP): Eu votei “não” porque, depois, quando da votação do projeto, votam contra. Qual é a iniciativa da emenda?

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Eu votei “não” e quero deixar registrado, Presidente, que, na hora da votação, só pode encaminhar o voto. Estão usando o tempo para discutir.

Vereador Jonas Reis (PT): Sinceramente, ou os vereadores não leram ou não entenderam que a emenda é para fomentar empregos na cidade. É uma escolha. Eu votei “sim”.

Vereador José Freitas (REP): Pelos motivos já expostos pelos colegas, eu votei “não”.

Vereadora Laura Sito (PT): (Problemas na conexão.) ...a interdição do debate nesta Casa Legislativa. Eu votei “sim” pela excelente emenda.

Vereador Leonel Radde (PT): Pela diversidade religiosa e pela agricultura familiar eu votei “sim”.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) Eu votei “não” porque o detalhamento vai contemplar essas propostas.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): O Ver. Jonas, proponente, disse que iria votar contra o projeto, que tem dentro dele a emenda de sua autoria, ou seja, ele iria votar contra a própria emenda, eu votei “não”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 001/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então, primeiro eu quero lamentar que os queridos vereadores votaram contra a Emenda nº 06, pois parece que são contra à diversidade religiosa e cultural da cidade, bem como ao fomento de emprego, à economia solidária, criativa dos pequenos agricultores. Foi isso que ficou nítido. Ficou registrado nos Anais desta Casa. Eu espero que nesta Emenda nº 07 haja sensibilidade com Porto Alegre. Os cidadãos e cidadãs não aguentam mais esperar por serviços públicos, por políticas públicas que, realmente, oficializem para esse povo tão aguerrido, tão trabalhador, que constrói com muita dificuldade, principalmente porque o governo anterior colocou pedras no caminho do povo de Porto Alegre. E uma delas foi centralizar as licitações. Não pode. Tem que deixar o DMAE, o Previmpa trabalhar. A FASC precisa trabalhar e fazer suas próprias licitações. Os técnicos estão lá dentro esperando para trabalhar, para comprar os insumos, os bens necessários para fomentar as políticas públicas. E, no projeto que está vindo aqui para nós, querem centralizar as compras da administração direta e indireta. Mas o que é isso? Então, nós estamos propondo que separem, que mantenham a autonomia do DMAE, do DEMHAB, do Previmpa, já que eles têm orçamento próprio. O DMAE tem muito dinheiro e estava amarrado, não conseguia comprar peças. Está nos Anais à espera dos últimos quatro anos. Muita coisa deixo de ser consertada no tempo devido porque não tinha insumo! O governo Marchezan centralizou, estragou, esculhambou a estrutura pública,

“burocratizou” com a burocratização. Eu vejo muitos vereadores que defendem a desburocratização. Agora nós vamos ver, se votam favoravelmente ou contrariamente à desburocratização feita pelo governo Marchezan no processo licitatório. E, mais do que isso, nós temos que suprimir da Secretaria Municipal de Urbanismo, Ambiente e Sustentabilidade, não é essa secretaria que tem que cuidar do patrimônio cultural e histórico. Isso é uma coisa já prevista na Secretaria de Cultura. É lá onde estão os técnicos que conhecem para fazer o tombamento, a manutenção, o restauro de importantes prédios locais, públicos, para defender a história do povo. Um povo sem história, que não defende seu patrimônio cultural e histórico é um povo que está fadado a problemas. E os legisladores têm que olhar para isso com acuidade. Por isso essa nossa emenda é para consertar o equívoco que vem no projeto, que é centralizar licitação. Não podemos ser favoráveis à centralização de licitações. Senão, nós vamos denunciar quem votar aqui. Quem votar hoje contra a Emenda nº 07 está votando a favor da falta de água na Lomba do Pinheiro, do DEMHAB não poder trabalhar e fazer a regularização fundiária da nossa cidade. Porque regularização fundiária não vai ser feita criando uma secretaria. Uma coisa que o DENHAB poderia estar fazendo; não faz porque está faltando RH, não faz porque está faltando autonomia, não faz porque faltou responsabilidade do governo anterior. Responsabilidade se faz com autonomia real para as empresas e departamentos. Afinal, quem dirige esses espaços é o prefeito! Então, vamos votar favoravelmente a essa emenda, colegas, que é para ajudar o governo a não incorrer num erro gravíssimo, que é burocratizar (Problemas na conexão.) ...Eu vou divulgar toda a falta de água e ausência de tratamento de esgoto. Eu vou denunciar se o DMLU não tiver condições de atender (Problemas na conexão.) ... Estar contra a esta emenda significa estar contra o povo, que precisa de serviços públicos qualificados. Também estará votando contra o patrimônio histórico e cultural desta cidade, que é uma responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e não da Secretaria de Urbanização. Querem fazer o quê? Negociatas? Não! Com o patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre, não, não deixaremos! Por isso, solicito o voto favorável dos nobres vereadores a esta Emenda nº 07. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 001/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Obrigado, Presidente. Eu ouvi aqui a explicação do Ver. Jonas, que mencionou que a ideia da emenda dele é descentralizar as licitações. Me parece um pouco contraditório, com relação aos discursos dele de fiscalização, porque, se a iniciativa do governo é centralizar as licitações, entendo que fica mais fácil fazer a fiscalização sobre para aonde está indo o dinheiro, ou seja, como estão sendo gastos os recursos públicos do Município. É muito mais fácil fazer essa fiscalização sobre o que está sendo comprado, como está sendo

comprado e para onde está sendo destinado o dinheiro com a centralização desse procedimento licitatório. O que o Ver. Jonas está sugerindo é a descentralização do gasto público. Não me parece que isso seja mais eficiente e temo que ele esteja comparando a ineficiência, que ele alega do último governo, com a falta de capacidade de fazer transparência no processo de contratação de bens e serviços para o poder público. Eu não quero ficar taxado, como ele está dizendo que vai fazer, pela falta de água na Lomba do Pinheiro, porque eu sofro junto com os moradores, os quais pedem a minha presença, e eu vou lá ver como está a situação da falta de água não só na Lomba do Pinheiro, mas também no Morro Santana, assim como em todos os morros da cidade de Porto Alegre. Mas a falta no Morro Santana, bem como na Lomba do Pinheiro não pode ser justificativa para que não se tenha transparência no gasto público. Espero que os vereadores votem contra a essa emenda, porque ela faz o contrário do que estão pregando até há pouco, que é a fiscalização de maneira eficiente do gasto público. Porque se vai ter quatro, cinco, seis, oito órgãos da Prefeitura de Porto Alegre, que serão responsáveis pela contratação, a transparência sobre esse gasto com certeza vai diminuir e eu não quero acreditar que essa seja a intenção do nosso nobre edil. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 001/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, não vou usar mais que 30 segundos. Quero agradecer ao Ver. Jonas por conseguir repetir o resultado da emenda: 25 a 10, no mínimo, pelo seu discurso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 001/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Srs. Vereadores, eu não tenho doutorado como o Ver. Jonas, mas eu ministro aulas em vários cursos preparatórios para concurso e falo muito para os meus alunos da Emenda Constitucional nº 19, que, em 1988 mudou o caput do art. 37, que colocou o princípio da eficiência. Hoje nós migramos, em 1988, da administração burocrática para a administração gerencial. Então, eu achei interessante essa proposta do prefeito Melo de centralizar as licitações, fazendo com que nós possamos fazer um controle maior dos gastos públicos. Na verdade, o Ver. Jonas quer que volte aquele velho jeitinho da coisa ficar descentralizada, de não saber onde que está o dinheiro. Então, eu quero parabenizar o

prefeito por essa proposta e dizer ao Ver. Jonas que ele está desatualizado e que ele verifique a Emenda Constitucional nº 19 de 1988. Meu voto é “não”, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 001/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Eu também não vou usar nem um minuto. Me inscrevi, na verdade, só para fazer o registro, no sentido de que, mais uma vez (Problemas na conexão.) ...política do debate nesta Casa. Se o Ver. Cecchim já sabe o placar de todas as votações é nítido para o povo que está nos acompanhando em casa, que nos acompanhará pela Internet, o quanto, nesta Casa, os interesses do povo, de fato (Problemas na conexão.) ...e, sim, os interesses particulares. Mais uma vez é isto que nós vemos: a não propulsão do debate e a interdição da democracia neste ambiente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, nós temos que suspender a sessão; nós estamos completamente, totalmente fora do horário regimental. Não houve renovação alguma, não houve nada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A duração das sessões extraordinárias é de quatro horas. Como esta sessão extraordinária iniciou às 17h19min, o seu prazo findará às 21h19min.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está esclarecido, vereador?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Está correto. Retiro a questão de ordem.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 001/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 25 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 07.

Vereador Claudio Janta (SD): Votei “não” porque é uma forma de estancar a corrupção, clara.

Vereador Jonas Reis (PT): Pela desburocratização da máquina pública, eu votei “sim”.

Vereador Kaká D’Ávila (PSDB): Pela coerência nas palavras, eu votei “não”.

Vereadora Karen Santos (PSOL): É incrível. Essa emenda do Ver. Jonas soluciona um problema que a nossa capital já enfrentou em anos anteriores. Eu votei “sim”. Infelizmente os vereadores não têm memória.

Vereadora Laura Sito (PT): O prefeito vem à Câmara dizer que quer diálogo. O líder do governo (Problemas na conexão.) ...Eu votei “sim”.

Vereador Leonel Radde (PT): Pela população que mais precisa, eu votei “sim”.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Ver. Jonas, o senhor tem que ter mais responsabilidade com as suas palavras. O senhor disse que o governo Marchezan tinha feito coisas... o senhor está faltando com a verdade. O senhor está defendendo, pelo que eu entendi, que o DMAE continue, por exemplo, com a sua autonomia orçamentária. Então, o senhor está defendendo o governo Marchezan. Eu votarei contrário à sua emenda, porque o senhor também já avisou que vai votar contra o projeto. Não sei o que o senhor espera dos seus colegas, porque o senhor diz que vai votar contra o projeto, que o senhor gostaria de ter uma emenda dentro. Votei “não”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Encerraram-se as emendas, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não. Agora nós encerramos as emendas destacadas e passaremos a votar as não destacadas. E cabe um encaminhamento global do projeto e das emendas não destacadas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLCE nº 001/21. (Pausa.) A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Olá, boa noite ao nosso Presidente Márcio Bins Ely, demais colegas; eu quero encaminhar o art. 1º da Emenda nº 05. Eu proponho alterar o texto que foi apresentado pelo governo, acrescentando algumas palavras que eu acho importantes. A primeira palavra que eu gostaria de incluir seria a palavra “executar”. No texto encaminhado, está escrito assim: “Planejar, coordenar, articular e controlar as políticas voltadas para recursos humanos”. Mas quem vai executar? Eu tenho experiência de trabalhar inclusive na área de

planejamento estratégico. Uma das técnicas que a gente usa muito é a chamada PDCA, que é planejar, executar, checar e agir. Não fica muito claro no texto quem vai executar. Eles vão, então, propor uma secretaria para planejar políticas públicas, mas ela não vai executar? Eu só sugiro incluir esta palavra: executar. É detalhe, mas, nos detalhes que sempre fazem, é importante.

A segunda proposta que eu encaminho nesse texto é incluir outras palavras que também são muito importantes, que é “gestão de pessoas”, porque o texto diz assim: “Planejar, coordenar, articular e controlar as políticas voltadas para recursos humanos”. Eu sugiro incluir “e gestão de pessoas”, porque a ideia que fica é que parece que a secretaria vai se preocupar mais com coisas e patrimônios, mas e as pessoas? A área de gestão de pessoas, como o próprio nome diz, cuida das pessoas, cuida do capital humano. Por muito tempo, a antiga SMA, e agora SMAP, era conhecida somente como uma secretaria que realizava concurso público e folha de pagamento. Eu proponho algo mais estratégico, e estratégico, no meu ponto de vista, é incluir gestão de pessoas. Uma boa gestão de pessoas precisa trabalhar com conflitos, precisa trabalhar com comunicação interna, receber, realizar o *feedback*; precisa motivar, engajar o servidor, trabalhar com a valorização dos servidores. Sugiro incluir “gestão de pessoas” no final.

Outro tópico que eu também sugiro é, no art. 2º dessa emenda, acrescentar uma nova alínea: “que tem por objetivo planejar, coordenar, articular, executar e controlar as políticas e ações voltadas para o desenvolvimento e promoção da qualidade de vida do servidor no seu trabalho”. Aqui eu queria fazer uma defesa, salientando a importância da qualidade de vida para o servidor, ainda mais em tempos de pandemia, como estamos vivendo, seria necessário incluir um setor na SMAP que cuide da promoção e qualidade de vida. Eu vi que estão muito claros alguns setores como Escola de Gestão, DOPA, Gestão de Contatos, mas eu não consegui visualizar a área de qualidade de vida, que é uma área importante para os servidores. A gente sabe que essa nova pandemia do coronavírus também revela uma pandemia oculta, vamos dizer assim, uma pandemia invisível, que tem impacto forte na área da saúde mental, especialmente na questão da ansiedade e na questão da depressão. Tem uma pesquisa feita pela Fiocruz, uma pesquisa recente, agora de outubro de 2020, que mostra que sintomas de ansiedade e depressão afetaram 47% dos trabalhadores dos serviços essenciais durante essa pandemia no Brasil e na Espanha. Além disso, 44% têm abusado de bebidas alcoólicas e 42% sofrem de transtornos relacionados ao sono. Então a gente vê que tudo isso tem um impacto na saúde mental. Para concluir, quero dizer que seria importante incluir um trabalho, uma área, um setor de qualidade de vida com o propósito, com o objetivo de desenvolver ações de promoção e prevenção de saúde visando à conscientização para a adoção de hábitos saudáveis direcionados ao público geral dos servidores. Este é o meu registro, são essas as minhas considerações. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereadora.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente e pares, pelo que eu vi, agora são as emendas que não têm destaque. Eu queria saber se não dá para fazer um bloco para votar todas elas juntas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Presidente deve consultar os demais líderes para saber se há acordo a respeito disso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Tem que ser unânime?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, senhor.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Alguma liderança de opõe? (Pausa.) Se nenhuma liderança se opuser, nós determinaremos a votação em bloco.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há registro de discordância das lideranças. Assim, Presidente, o procedimento é o seguinte: o bloco será formado pelas Emenda nº 02, de autoria do Ver. Airto Ferronato; pela Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim; pela Emenda nº 04, de autoria do Ver. Ramiro Rosário; pela Emenda nº 05, de autoria da Ver.^a da Psicóloga Tanise Sabino; e pela Mensagem Retificativa nº 01, do Poder Executivo. Inicialmente, o senhor deve colocar em votação a formação do bloco e, depois, a votação propriamente dita do bloco.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando a formação de bloco de votação para as Emenda nº 02, Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, Emenda nº 04, Emenda nº 05 e Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 001/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o bloco composto pela Emenda nº 02, Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, Emenda nº 04, Emenda nº 05 e Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 001/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovadas a Emenda nº 02, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, a Emenda nº 04, a Emenda nº 05 e a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 001/21.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Quero registrar que, dentre as emendas que votamos em bloco, tinham duas que, com certeza, votaríamos favorável, são

emendas boas, emendas da Psicóloga Tanise e do Airto Ferronato, mas, como foi em bloco, para não dizer que estamos obstruindo, infelizmente, votei contrário.

Vereadora Laura Sito (PT): A política de tentar patrolar a votação, não permitir que a gente possa debater me levou a votar “não”; votação em bloco não permite discussão.

Vereador Leonel Radde (PT): Gostaria de ter votado favorável à emenda da Sabino, mas, infelizmente, por ser em bloco, eu vou votar “não”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 001/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLCE nº 001/21.

Vereador Jonas Reis (PT): Pacotão pronto sem aceitar propostas de melhorias, eu votei “não”.

Vereador Leonel Radde (PT): Votei “não” e queria me solidarizar com as 200 mil famílias que perderam seus entes queridos pela Covid.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Pelo respeito pela vida e compromisso com as pessoas e com os animais, votei “sim” no projeto da reforma administrativa, destacando o gabinete da causa animal.

Vereadora Laura Sito (PT): Infelizmente, nesta sessão, ficou mais uma vez registrado que há... (Problemas na conexão.) ...eu defendo a prerrogativa (Problemas na conexão.) ...nesta sessão, ficou nítido que os interesses da cidade ficam num segundo plano em detrimento daqueles que acreditam que os interesses privados devem submeter uma capacidade de enfrentar, de estruturar a Prefeitura para conseguir enfrentar as políticas de combate à brutal crise econômica e sanitária em que nós estamos inseridos. Eu tinha disposição inclusive de me abster frente à votação da reforma administrativa da Prefeitura por compreender as prerrogativas que as urnas concederam ao Sebastião Melo, mas, infelizmente, mais uma vez, a sessão de hoje, só comprova que esta Casa Legislativa enfraquece o seu papel e a sua disposição de ser, de fato, um espaço propulsor do debate democrático. Por isso votei contrário ao projeto de reforma administrativa, tendo em vista a cena muito triste que nós acompanhamos mais uma vez numa sessão de muito baixo nível e de raso debate, para ser educada com os caros colegas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereadora.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A próxima matéria para discussão geral e votação é o PLE nº 001/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0012/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/21, que altera o *caput* do art. 1º, os incs. I e III do art. 3º, o *caput* do inc. I do art. 4º, o § 6º do art. 5º, os incs. II e III do art. 7º, o inc. II do art. 8º, o *caput* do art. 11, inclui os §§ 3º e 4º no art. 1º, o inc. VII no art. 3º, as als. *g* e *h* no inc. I e o parágrafo único no art. 4º, revoga a al. *e* do inc. I do art. 4º, na Lei nº 2.902, de 30 de dezembro de 1965. (Política Habitacional Municipal/ SMHAB/DEMHAB) (SEI 118.00006/2021-93)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relatora-Geral Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Mensagem Retificativa nº 01, e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Mensagem Retificativa nº 01.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 07-01-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLE nº 001/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o que pode ser pior para um parlamento – e isso é um alerta – é ser uma Casa meramente homologatória da vontade do Executivo. É uma situação difícil, mas todos temos que evitar. Isso não é responsabilidade apenas da oposição, é também da situação, enfim, é responsabilidade de todos, porque esta é uma Casa que tem história, como a ideia, em si, de democracia representativa tem uma história mundial, é uma conquista civilizatória, mas é exatamente a ideia de que esses poderes precisam ser independentes. No Município, são apenas dois; no Estado, três; na União, três também, mas eles têm que ter a sua independência. Nós não podemos ser uma Casa homologatória, e aqui não vai uma acusação, aqui vai um alerta para estes próximos quatro anos. Ponto.

Um outro tema que é importante registrar é que o nosso papel é fiscalizatório e propositivo. Então, nós vamos propor muitas vezes, com o objetivo de

aprovação, buscando apoio popular para propostas, e fiscalizar duramente o governo municipal, é exatamente para isso que fomos eleitos. Eu falava há pouco, em outra ocasião, que, pela terceira vez, para honra nossa, o PSOL chegava de novo ao primeiro lugar na Câmara Municipal – em 2002, 2016, 2020 – e, desta vez, com os dois primeiros, a Ver.^a Karen e eu somos os dois primeiros; isso não acontece por acaso. É que o papel exatamente de proposição e de fiscalização nós exercemos permanentemente. E digo mais: eu chamo isso de fiscalização integral, porque ela é vertical e é horizontal. É vertical porque é de 24 horas por dia, e é horizontal porque tudo o que está dentro de Porto Alegre é fiscalizado por nós: na área privada, na área municipal, na área estadual, na área federal. Se houver uma violência de algum setor do Estado contra alguém, nós vamos interferir; federal também, o que ocorrer e for denunciado também é de competência administrativa aqui do Município. Então, nós temos que agir conforme o mandato que recebemos, alargando, cada vez mais, os limites estreitos que cada mandato municipal tem. Por isso fica aqui esse registro de alerta. Nós temos, sim, que ser um poder independente, um Poder Legislativo de verdade, e essa é uma tarefa para quatro anos. (Problemas na conexão.) ...também em última etapa agora, Presidente, nós não nos conformamos, eu gosto da luta de frente, a nossa história tem que ser limpa, ou seja, nós enfrentamos, não fazemos armadilhas, e nós vamos buscar no Judiciário a reparação de tudo que ocorreu no dia 1º. É uma questão de lealdade para com as colegas e com os colegas, é importante esse registro. Nós vamos lutar; podemos vencer, podemos perder, eu acredito que nós vamos vencer, mas é uma questão que o Judiciário, por óbvio, é totalmente independente, mas é uma luta justa nossa. Justa, porque conformasse com o que não é correto, conformasse com a injustiça seria representar mal a cidadania em Porto Alegre, no Estado ou no País. Nós não vamos nos conformar. Nós sofremos um duro golpe, nós fomos atingidos brutalmente por algo que foi organizado entre o Executivo e parte do Legislativo e que buscava – e conseguiu – atingir duramente a esquerda, porém burlou normas essenciais da burocracia, como é, por exemplo, a proporcionalidade. A eleição no Executivo é majoritária, quem ganha leva tudo, quem perde, perde tudo, a Manuela D’Ávila não vai ter participação no governo Melo, é isso, mas aqui, na Câmara, a eleição é proporcional, todos têm espaço. Nós somos mais representativos que o Executivo, nós representamos o conjunto da população, o conjunto. O Executivo representa 53% ou um pouco mais da população, nós representamos 100%. Nós precisamos fazer valer sempre a prerrogativa que temos ao sermos eleitos e escolhidos pela população para fazermos esse trabalho, e o faremos. Votamos contra, também, esse próximo projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, nós temos que reparar uma questão que não fizemos no início. Na verdade, nós não havíamos feito o apregoamento das emendas, nem a votação das dispensas do envio às comissões. Se o senhor permitir, vamos fazer isso agora.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Com certeza.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLE nº 001/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 001/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando votação em destaque das Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 001/21. Deferido pela presidência.

Apregoo as Emendas nºs 03 e 04, de autoria das vereadoras Bruna Rodrigues e Daiana Santos, ao PLE nº 001/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da vereadora Bruna Rodrigues, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 03 e 04 ao PLE nº 001/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues, solicitando votação em destaque das Emendas nºs 03 e 04 ao PLE nº 001/21. Deferido pela presidência.

Sr. Presidente, podemos continuar com a discussão geral, inscreve-se o Ver. Airto Ferronato.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 001/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu estimado Presidente Márcio, amigos e amigas vereadoras, eu estava aqui ouvindo a manifestação do meu ilustre e querido amigo Pedro Ruas, e a primeira manifestação que ele faz, nessa última intervenção, é sobre uma Câmara homologatória. Cá com os meus 31 anos de mandato, e sei que o Pedro Ruas esteve e está comigo nesse tempo todo, 31 anos em que os governos municipais, quando assumem as suas funções de prefeito, apresentam à Câmara projetos de reformas. Eu já estive quase que 100% das vezes na oposição e sempre votei favoravelmente às suas propostas, porque acredito que o prefeito eleito tem poder e a possibilidade de apresentar sua forma de enxergar a nova administração. Portanto, votarmos favoráveis, e votei, às propostas encaminhadas pelo prefeito atual, e sempre votei nas anteriores também, não é uma posição mobilizatória da Câmara, é, sim, uma posição de enxergar que, na verdade, os prefeitos eleitos têm, inclusive, o dever de apresentar suas propostas e isso não torna o Legislativo dependente do

Executivo. Buscar a senda judiciária é legítimo, nós vamos respeitar e vamos compreender que isto é positivo, necessário e legítimo daquele que assim queira fazer. Mas com relação ao projeto do Executivo, respondendo a tempo o que eu disse até agora, hoje, já que o Executivo encaminha a sua proposta, eu vou votar favorável a ela, sem nenhum problema e sem me sentir submisso ao Executivo Municipal de Porto Alegre. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Aldacir Oliboni gostaria de falar.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadoras e vereadores e a todos que estão acompanhando a nossa sessão. Nós estamos votando o último projeto da reforma administrativa do governo municipal, que trata de um assunto muito específico, uma questão do DEMHAB, e cria a Secretaria de Habitação, que trata do mesmo tema. Tenho que, do ponto de vista da fragilidade desse projeto de lei, ele retira do Conselho de Administração do DEMAHB, que é deliberativo, transfere para a nova Secretaria da Habitação e cria um conselho consultivo, praticamente sem nenhuma autonomia, deliberação sobre a política de habitação e outras em Porto Alegre. Nós apresentamos algumas emendas, duas emendas que ora foram destacadas e que depois vou encaminhar uma delas destacada a outra, que trata da UAMPA. Solicito ao diretor Luiz Afonso, como líder do PT, retirar essa emenda, porque não quero deixar prejudicada a iniciativa da Ver.^a Bruna, do PCdoB, que também apresentou uma emenda nesse sentido. Mas vou defender a segunda emenda, a qual tem uma enorme importância, que fala sobre a manutenção de um conselho deliberativo e não consultivo. Eu pediria aqui a compreensão dos colegas vereadores, na medida em que vai passar por essa secretaria uma infinidade de ações, dentre elas o programa de habitação popular, que foi defendido no nosso governo, do Minha Casa, Minha Vida, mas que a Caixa Econômica Federal faz um financiamento até hoje, e o governo anterior não apresentou muita novidade nesse sentido... Além disso, a regularização fundiária, que nós temos mais de 500 comunidades em Porto Alegre, que ainda não têm título de propriedade. É um tema muito importante, vai passar pela CUTHAB, vai passar por um conjunto de debates pela Câmara de Vereadores e nós não podemos admitir, me permitam aqui os colegas vereadores, ter um conselho que não seja deliberativo, que seja consultivo. Nesse sentido, eu acho que é mais que importante o tema aqui abordado, a iniciativa, e a política que o governo, espero, desenvolva na cidade, não fique apenas na criação de uma secretaria. Por isso a importância do tema aqui discutido. Um forte abraço, obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Oliboni. O nosso quadro regimental está, para esta sessão extraordinária, esgotado. Nós temos duas emendas para votar e o projeto – duas emendas estão prejudicadas –, então

eu acredito que seria oportuno que fizéssemos a votação hoje. Em que pese, nós termos uma convocação para amanhã, faltando apenas duas emendas e o projeto, eu acredito que simplificariam os trabalhos se nós fizéssemos essa votação hoje. Eu invoco aqui a prerrogativa regimental e convoco uma extraordinária sobre esse projeto, para que nós possamos dar sequência e finalizar hoje ainda esse debate.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. Convoco as Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores para a 005ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 21h19min.)

* * * * *